



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Rumo à garantia de direitos

“Rema, meu mano, rema”, cantava Ruy Barata sobre a vocação amazônica ao rio, nossa rua, caminho que também conduz ribeirinhos e cidadãos ao porto seguro da Justiça com cidadania, como mostra este balanço dos seis primeiros meses de gestão do biênio 2015/2017.



**Força-tarefa
reforça a luta
contra corrupção**

PÁGINA 5

**CNJ atesta
produtividade
do TJPA**

PÁGINA 6

**Vem aí a
Patrulha Maria
da Penha**

PÁGINA 18

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Presidente

Des. **Constantino Augusto Guerreiro**

Vice-presidente

Des. **Ricardo Ferreira Nunes**

Corregedora da Região Metropolitana de Belém

Des^a. **Diracy Nunes Alves**

Corregedora do Interior

Des^a. **Maria do Céu Maciel Coutinho**

Conselho de Magistratura

Des. **Constantino Augusto Guerreiro**

Des. **Ricardo Ferreira Nunes**

Des^a. **Diracy Nunes Alves**

Des^a. **Maria do Céu Maciel Coutinho**

Des^a. **Maria Edwiges de Miranda Lobato**

Des^a. **Maria Filomena De Almeida Buarque**

Des^a. **Elena Farag**

Des^a. **Edinéa Oliveira Tavares**

Desembargadores

Milton Augusto de Brito Nobre

Rômulo José Ferreira Nunes

Luzia Nadja Guimarães Nascimento

Vania Valente do Couto Fortes Bitar Cunha

Raimundo Holanda Reis

Vânia Lúcia Carvalho da Silveira

Constantino Augusto Guerreiro

Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos

Ricardo Ferreira Nunes

Leonardo de Noronha Tavares

Marneide Trindade Pereira Merabet

Célia Regina de Lima Pinheiro

Maria de Nazaré Saavedra Guimarães

Leonam Gondim da Cruz Júnior

Diracy Nunes Alves

Ronaldo Marques Valle

Gleide Pereira de Moura

José Maria Teixeira do Rosário

Helena Percila de Azevedo Dornelles

Maria do Céu Maciel Coutinho

Maria Edwiges de Miranda Lobato

Roberto Gonçalves de Moura

Vera Araújo de Souza

Maria Filomena de Almeida Buarque

Elena Farag

Odete da Silva Carvalho

Edinéa Oliveira Tavares

SUMÁRIO

PLANO DE ROTA	Navegar é preciso, fazer justiça também	4
METAS	Produtividade do TJPA é avalizada pelo CNJ	6
CONSENSO	Conciliar, mediar e dialogar para resolver conflitos	8
CONCILIAÇÃO FISCAL	Recuperar créditos e evitar leilão de imóveis	10
REDESCOBERTA	Juizados especiais mergulham nas origens	12
EM DOMICÍLIO	Juizes visitam famílias para decidir curatelas	15
SEMANA NACIONAL	Pará realiza dois terços dos júris de crimes contra a vida	16
NOVA CHANCE	Mutirão penal alivia pressão nas cadeias	17
MEDIDAS PROTETIVAS	Acordo de cooperação garante Patrulha Maria da Penha	18
PRISÕES	Audiência de custódia garante direitos em Belém	20
CORREIÇÕES	TJPA fiscaliza a aplicação da Justiça	21
INFÂNCIA E JUVENTUDE	TJPA avalia orçamento e existência legal da CEIJ	22
PARCERIA	Belém dá um basta ao trabalho infantil	25
EXPANSÃO	TJPA empossa 110 servidores e chama outros 33 ao trabalho	27
ESTRUTURA	Obras buscam a qualidade no atendimento ao cidadão	28
SUPORTE	Manuais ajudam a padronizar rotinas	29
TECNOLOGIA	PJe integrará juizados de 20 municípios	30
MOBILIDADE	Celulares têm acesso às sessões do Pleno	31
COMUNICAÇÃO	Web Rádio Jus interioriza alcance da Justiça	32
ARTE	Música e literatura na cultura do Judiciário	33
AÇÃO SOCIAL	Judiciário unifica projetos comunitários	34
LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL	TJPA fará plano para controlar o consumo	35



FOTO DE CAPA: RICARDO LIMA

EXPEDIENTE

Tribunal de Justiça do Estado do Pará

Departamento de Relações Institucionais
Linomar Bahia, diretor

Coordenadoria de Imprensa
João Vital, coordenador

Edição e texto final
Edir Gaya

Edição de arte
Airton Nascimento

APRESENTAÇÃO

Fé e justiça rumo ao porto seguro



RICARDO LIMA

Instituições como o Poder Judiciário têm a responsabilidade pública de prestar contas sobre seus atos e ações com transparência e fidelidade. Cada um desses atos constitui um tijolo a que me comprometi a acrescentar, ao ser empossado, em 2 de fevereiro do corrente ano, aos tantos tijolos assentados pelos meus eminentes antecessores no edifício da Justiça paraense.

Esta publicação sintetiza o conjunto de fatos e feitos, nas diferentes instâncias e nas diversificadas funções inerentes à prestação jurisdicional, efetivados nos seis primeiros meses de uma gestão que se estenderá até 2017. Entre o desejável e o realizável, figuram procedimentos e iniciativas compatíveis com o momento econômico e social que o país está vivendo, recomendando que tanto as pessoas quanto as instituições, se adequem às circunstâncias que lhes influenciam o funcionamento.

Vale, a propósito, uma analogia da administração pública de qualquer natureza com a condução de um barco, meio de transporte peculiar de nossa região, inclusive quando exposto a correntezas e maresias que lhes balançam as estruturas e requerem firmeza do timoneiro. Bem sabemos, nós, caboclos da Amazônia, habituados a caprichos e segredos dos nossos rios-mares, quanto é decisivo manter o rumo do barco na direção do porto seguro que abriga os direitos e deveres que configuram a cidadania no Estado Democrático de Direito.

Não é à toa que os navegadores fluviais perseveram nas

devoções e fé. Justiça e fé são irmãs siamesas. Lembro aqui o Evangelho de Marcos (4-35,41), quando Jesus convoca os discípulos para irem juntos ao “outro lado do mar”, em Cafarnaum, e a travessia é transtornada pela força do vento. As águas agitadas amedrontam os apóstolos, a ponto de irem acordar o mestre para perguntar se ele não teme que todos pereçam. Jesus, então, após repreender o mar e o vento, confronta-lhes o medo e faz a pergunta fatal. “Por acaso, não têm fé?”

Lições de vida como essa passagem das Escrituras, nos convidam a uma reflexão sobre as nossas práticas diárias no exercício da aplicação da Justiça. Não há o que temer quando mantemos a mão firme no leme e a bússola da fé apontada aos pressupostos básicos da prestação dos serviços jurisdicionais no âmbito do Estado, tendo a plena consciência dos sagrados princípios que rezam pela celeridade, eficiência, modernidade e, sobretudo, humanidade e acolhimento aos que mais precisam dos serviços da Justiça.

Graças à nossa fé e amor à Justiça, norteado com o apoio e solidariedade de meus colegas, imbuídos da mesma perseverança, estou conduzindo o nosso barco em segurança. Comungo da convicção do poeta Vladimir Maiakovski quando, em meio às guerras e revoluções no alvorecer do conturbado século XX, manifestou em vigorosos versos a sua fé no futuro, mesmo diante das vicissitudes: “O mar da história é agitado. As ameaças e as guerras havemos de atravessá-las, rompê-las ao meio, cortando-as como uma quilha corta as ondas”.

Desembargador Constantino Augusto Guerreiro

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará

PLANO DE ROTA

Navegar é preciso, fazer justiça também

Plano de gestão é a bússola que aponta à Justiça o porto da cidadania

Nm Judiciário a serviço dos que têm sede de Justiça. O desafio lançado há seis meses pelo presidente do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), Constantino Augusto Guerreiro, ao tomar posse no cargo para o qual foi eleito para o biênio 2015/2017, se materializa em ações para garantir rapidez e qualidade aos serviços da Justiça no Pará.

Auxiliado pelo vice-presidente Ricardo Nunes e pelas desembargadoras Maria do Céu Maciel Coutinho e Diracy Nunes, respectivamente, corregedoras do Interior e da Região Metropolitana de Belém, o desembargador Constantino Guerreiro fundamenta seu Plano de Gestão nos

pressupostos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), cuja criação em 2004 é um marco do controle administrativo e financeiro sobre o Judiciário brasileiro. O Planejamento Estratégico é a carta de navegação a indicar rotas e apontar metas à instituição.

Não à toa, o desembargador Constantino escolheu o pô-pô-pô amazônico como ícone do Plano de Gestão que apresentou ao tomar posse, símbolo do propósito e determinação de desbravar terras e rios para fazer a Justiça chegar a um número cada vez maior de cidadãos, sobretudo os que vivem às margens do direito nos rios, furos, estradas e regiões de várzeas do Pará.

Plano prevê 26 iniciativas e 65 ações estratégicas para a Justiça

Entre as metas, o combate à improbidade e a defesa dos mais vulneráveis

O desembargador Constantino Augusto Guerreiro tomou posse na presidência do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), para o biênio 2015/2017, no dia 2 de fevereiro e, no dia 3, apresentou seu Plano de Gestão durante a primeira sessão do Pleno do TJPA após a posse.

O Plano de Gestão desdobra os 11 macrodesafios do CNJ em 26 iniciativas estratégicas e 65 ações no Estado, entre as quais o fortalecimento da Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude (CEIJ), ampliando as equipes interprofissionais nas Varas

da Infância e Juventude, e o estímulo à Justiça Itinerante, em especial a projetos como o “Ribeirinho Cidadão”, que democratiza o acesso a serviços de cidadania para populações que vivem em lugares de difícil acesso.

A celeridade ao andamento dos processos e o aumento de produtividade são metas previstas no Plano de Gestão, cujo alcance já é comprovado pelos resultados no cumprimento da Meta 1 do Conselho Nacional de Justiça, com o TJPA destacando-se reiteradamente na liderança entre os

tribunais que julgam uma quantidade maior de processos que os que dão entrada no ano em curso.

O Processo Judicial Eletrônico (PJe) já está implantado em sete unidades judiciárias do Estado, mas ainda enfrenta muita dificuldade pelas dimensões continentais do Pará, o que acarreta vários problemas em relação à comunicação de dados. Afora isso, o Estado dispõe de poucas operadoras de telefonia. Ainda assim o PJe avançará ainda mais com o sistema virtual nos Juizados Especiais e nas Varas Cíveis.

O Processo Judicial eletrônico (PJe) já está implantado em sete unidades judiciárias do Estado

RICARDO LIMA

TJPA institui Força-tarefa contra corrupção

O desembargador Constantino Guerreiro criou uma Força Tarefa constituída por três grupos de trabalho compostos por magistrados para dar apoio ao julgamento de processos relativos à corrupção, à improbidade administrativa e às ações coletivas.

Isso demonstra que o julgamento das ações que tratam de corrupção e improbidade administrativa é outra prioridade máxima do Plano de Gestão, que trata essas ações conforme o estabelecido nas metas 4 e 6 do CNJ: julgar ao menos 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2012; e identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas na Justiça Estadual, até 31/12/2012, no 1º grau, e até 31/12/2013, no 2º grau.

O fortalecimento das políticas para a solução de conflitos por meio consensuais para ações judicializadas e demandas pré-processuais já é uma realidade inclusive na área da Fazenda Pública, onde o Pará é pioneiro em um projeto de conciliação fiscal na 1ª Vara de Execução Fiscal em Belém que é referência nacional.

O aprimoramento da Justiça Criminal é uma realidade concreta consubstanciada em iniciativas como a implantação, na capital, da Audiência de Custódia e na instituição da Patrulha Maria da Penha, contingente que estará à disposição dos três juizes das varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher para a aplicação das medidas protetivas. Essas e outras ações de enfrentamento à violência contra a mulher, o idoso, a criança, o adolescente, os que têm alguma deficiência e outros grupos vulneráveis têm a atenção especial da Justiça no Pará.

No âmbito interno, os programas de formação e aperfeiçoamento de servidores estão sendo ampliados e, entre as novidades da gestão, está o Plano de Logística Sustentável para racionalizar o uso de recursos e incorporar ao cotidiano do Judiciário o conceito de sustentabilidade e responsabilidade ambiental.

O Plano de Gestão também exige que o TJPA dê resposta ao crescimento das demandas judiciais em todas as regiões do Pará, fazendo diagnóstico e garantindo a ampliação da estrutura judiciária sempre que necessária.



Mutirão - Servidores do TJPA trabalham para acelerar a tramitação de processos

RICARDO LIMA

Produtividade - Pará se destaca no cumprimento da Meta 1 do CNJ



METAS

Produtividade do TJPA é avaliada pelo CNJ

Nos primeiros cinco meses de 2015, Tribunal já cumpriu 92,65% da Meta 1



Tribunal de Justiça do Pará se destaca entre as cortes de médio porte do País pelo estrito cumprimento das metas instituídas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a partir de 2009, com o propósito de assegurar o direito constitucional à “razoável duração do processo judicial”, conferindo rapidez e eficiência à tramitação.

Nos primeiros cinco meses deste ano, o Tribunal de Justiça do Pará atingiu 92,65% de cumprimento da Meta 1 do CNJ, que se refere à produtividade dos tribunais e à redução dos estoques processuais acumulados ao longo dos anos. A meta determina que os tribunais julguem quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente. O TJPA recebeu 84.113 processos novos e foram proferidas 72.835 sentenças. A Turma Recursal obteve 127,07% de cumprimento da Meta, a maior do TJPA, seguida pelo 1º grau, Juizados Especiais e 2º grau, com 98,83%, 90,08% e 60,09% de alcance, respectivamente.

No ano passado, o TJPA já havia obtido o melhor resultado para essa meta no País, julgando 120,24% dos processos distribuídos. Ou seja, o TJPA julgou quantidade idêntica dos processos distribuídos no ano e reduziu seu estoque processual, sentenciando mais de 100% dos casos novos.

CELERIDADE

A Meta 2 do CNJ se refere à celeridade e determina aos tribunais do País identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2011, no 1º grau, e até 31/12/2012, no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012, nos Juizados Especiais e nas Turmas Recur-



Pleno - Rapidez e eficiência distinguem a atuação do Tribunal de Justiça do Pará

sais Estaduais.

Até maio deste ano, o TJPA sentenciou 86,30% dos processos de conhecimento distribuídos e pendentes de sentença até dezembro de 2012 no 2º Grau. O 1º Grau

finalizou o mês de maio com 61,64% de julgamento, enquanto os Juizados obtiveram 74,14% de aproveitamento.

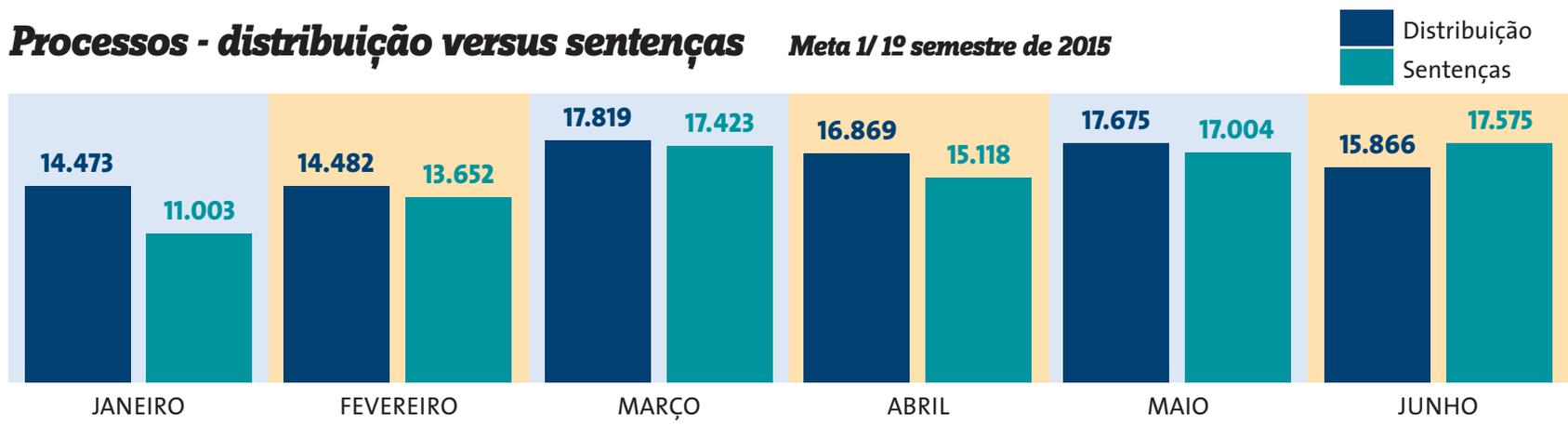
ACORDOS

A Meta 3 estimula a adoção de acordos pré-processuais, conciliações

e mediações por meio dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs). A missão é impulsionar os Cejuscs para que homologuem acordos pré-processuais e conciliações em número superior à média das sentenças homologatórias nas unidades jurisdicionais correlatas. O TJPA cum-

Processos - distribuição versus sentenças

Meta 1/ 1º semestre de 2015



RICARDO LIMA



TJPA julga mais de mil ações de improbidade

O TJPA sentenciou 42,93% das ações de combate à corrupção distribuídas e pendentes até dezembro de 2012, conforme determina a Meta 4 do CNJ, que se refere ao combate à corrupção. A meta é identificar e julgar até 31/12/2015 pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2012.

O 1º Grau finalizou maio julgando 40,83% de processos pendentes, enquanto o 2º Grau atingiu 93,52%. Os Juizados Especiais julgaram todas as cinco ações de improbidade pendentes até 2012. Para alcançar a meta, o TJPA precisa julgar mais 798 ações. Do total de 2.736 processos registrados como acervo da Meta 4 no 1º grau, 1.117 foram julgados até maio (985 até 2014 e 132 em 2015). O 1º grau julgou até maio 40,83% das ações de improbidade administrativa e penais relacionadas a crimes contra a administração pública.

Restaram pendentes de julgamento 1.619 processos, 977 deles referentes a ações de improbidade administrativa e 622 de ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública.

O 2º grau obteve o melhor resultado para a Meta 4 até maio. Foram proferidas 101 sentenças (considerando os anos de 2013, 2014 e 2015), 25 a mais que o necessário para que o segmento cumprisse a meta. Os Juizados Especiais sentenciaram os cinco processos identificados como alvo da Meta 4 ainda no ano de 2014, obtendo

100,00% de grau de julgamento.

AÇÕES COLETIVAS

O TJPA sentenciou 31,95% das ações coletivas distribuídas e pendentes de julgamento até 2012, no caso do 1º Grau, e até 2013, no caso do 2º Grau, referentes à Meta 6 de CNJ. O 1º Grau finalizou o mês de maio com 31,93% de cumprimento da Meta, enquanto o 2º Grau obteve 40% de cumprimento. Do total de 2.878 ações coletivas distribuídas e pendentes de julgamento até 2012 no 1º grau, 829 foram julgadas até 2014 e outras 90 foram julgadas nos cinco primeiros meses de 2015, totalizando 919 ações coletivas sentenciadas. Restaram pendentes de julgamento 1.959 ações a serem julgadas até o final do corrente ano.

O 2º grau foi o segmento da justiça paraense com o melhor resultado para a Meta 6 no acumulado do ano até maio (em razão do número reduzido de ações). Foram proferidas 2 sentenças ainda no ano de 2014, que equivaleram a 40% do alvo a ser sentenciado pelo 2º grau. Para o cumprimento da Meta, o 2º Grau deverá julgar 3 ações coletivas pendentes até o final de 2015.

GRANDES LITIGANTES

Até o primeiro trimestre de 2015, o TJPA atingiu 26,26% de cumprimento da Meta 7, que determina a gestão estratégica das ações de massa com identificação e monitoramento do acervo de demandas repetitivas.

priu, até maio 50% da meta 3 de 2015. Esse resultado foi consequência do trabalho nos Cejusc Cidadania, em Belém; Parauapebas e Santarém. O TJPA mantém também Cejusc na Faculdade da Amazônia (Farnaz), na Vara da Família e em Paragominas.

O 2º grau obteve o melhor resultado para a Meta 4 até maio, com 101 sentenças.

Coordenadoria facilita a tramitação de recursos

Objetivo é acelerar decisões sobre ações de massa

O gerenciamento das ações de massa, com identificação e monitoramento do acervo de demandas repetitivas, que constituem a Meta 7 do CNJ, marca mais uma inovação da gestão do TJPA no biênio 2015/2017. A Coordenadoria de Recursos Extraordinários e Especiais absorveu as atribuições de três instâncias: a Assessoria Jurídica da Presidência, a Coordenadoria de Triagem de Recursos Extraordinários e Especiais e o Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos (Nurer), setores que se relacionavam entre si para subsidiar a presidência do TJPA sobre essa matéria em momentos diferentes. “A unificação facilita o trâmite desses recursos”, explicou o coordenador Cesar Augusto Dias Lobo Junior.

O trabalho é subsidiar a Presidência do TJPA no exame das ações de massas e demandas repetitivas. “A realização do juízo amplo de admissibilidade, em um só momento, otimiza o fluxo processual e dá mais celeridade à prestação jurisdicional. Conseguimos otimizar o espaço. Os advogados agora têm um lugar para se sentar e tomar um café. Também trocamos as impressoras de todos os setores por uma só, que é interligada a todos os computadores, o que rendeu um saldo de cinco impressoras para as comarcas. Em relação aos trâmites, facilitou o trabalho das secretarias, que tinham de identificar quais recursos iam para cada um dos três setores”, informou Cesar Lobo Junior. A equipe da vice-presidência trabalha com os Recursos Especiais.

Antes, os recursos excepcionais eram dirigidos, inicialmente, à Coordenadoria de Triagem, que subsidiava a presidência no exame dos recursos de repercussão geral e do recurso repetitivo. Os recursos que não se enquadravam nessas sistemáticas processuais eram encaminhados à Assessoria Jurídica da Presidência, que também a subsidiava no juízo regular de admissibilidade desses recursos.

CONSENSO

Conciliar, mediar e dialogar para resolver conflitos

Seis centros já funcionam para solucionar demandas pela via da negociação

Santarém inaugurou o sexto Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) do Judiciário paraense, em 23 de janeiro deste ano, e cinco meses depois batia a meta do CNJ para essa área, com 33 acordos.

O Cejusc de Santarém começou a funcionar de fato em abril deste ano, após o treinamento de 24 mediadores e conciliadores. Selecionados em março, eles foram treinados em técnicas de mediação e conciliação que reduzem o tempo de espera pela solução de demandas judiciais. As psicólogas Socorro Barros e Andréa Silveira, do Cejusc/Belém, coordenaram o treinamento no Fórum de Santarém.

Atualmente, há três Cejuscs em funcionamento em Belém. No interior,

há unidades em Santarém, Parauapebas e Paragominas. As ações são coordenadas pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, à frente a desembargadora Dahil Paraense.

A criação do Cejusc é uma determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), cuja Resolução 125 dispõe sobre o tratamento adequado dos conflitos de interesses pelo Judiciário. O objetivo é diminuir o número de processos em tramitação, solucionando conflitos por meio do diálogo para evitar que se transformem em processos judiciais.

O Cejusc de Santarém é coordena-

do pelo diretor do Fórum e titular da 4ª Vara Cível e Empresarial, o juiz Cosme Ferreira Neto. Problemas de guarda de menor, reconhecimento de paternidade, pensão alimentícia, dissolução de união estável ou divórcio são as demandas mais comuns nos Cejuscs.

FAMÍLIA

O Cejusc do Fórum Cível, especializado em buscar soluções para questões de família, fez dois mutirões no primeiro semestre de 2015 para acelerar a tramitação de processos e reduzir o acervo das 7ª e 8ª Varas de Família de Belém, em ações de divórcio, guarda de filhos e alimentos.

O primeiro mutirão, em maio, fez 45 audiências e 15 acordos. No segundo, em junho, dos 63 processos selecionados para conciliação, 30 obtiveram acordo. A coordenadora do Cejusc, juíza Elvina Gemaque Taveira, avalia os resultados como positivos ante a complexidade dos casos.

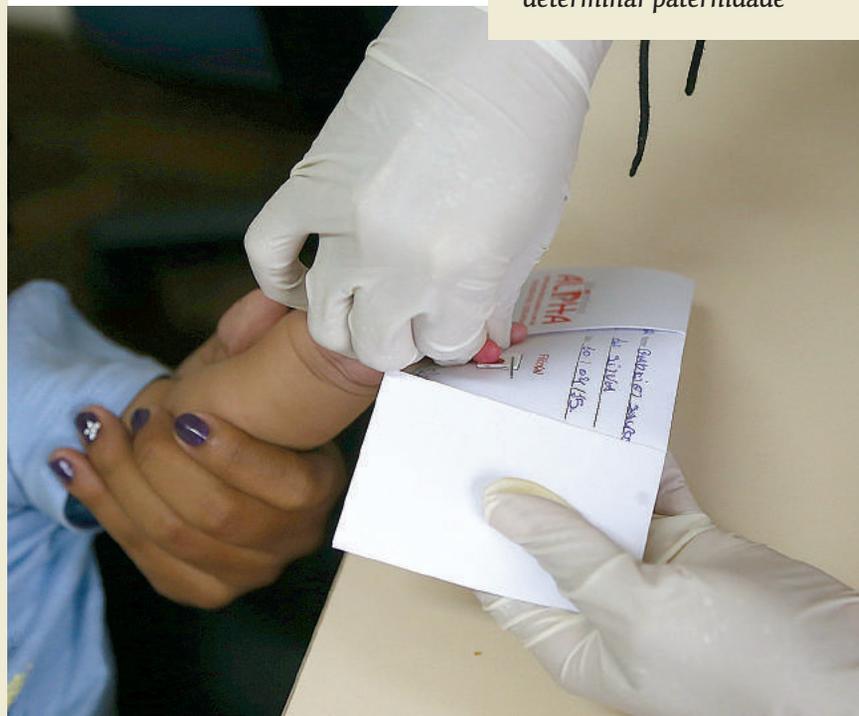
No último dia 21, no Fórum Cível de Belém, o terceiro mutirão agendou cerca de 150 audiências de conciliação.

Graças ao trabalho dos Cejuscs, o TJPA cumpriu, até maio, 50% da Meta 3 de 2015, garantindo maior quantidade de acordos homologados em relação à média das sentenças homologatórias nas unidades correlatas em Belém, Parauapebas e Santarém.

Até maio houve 743 acordos pré-processuais, conciliações e mediações nos seis Cejuscs em funcionamento no Poder Judiciário Estadual. A maior parte deles foi realizada nos centros da Cidadania em Belém e em Parauapebas.

DNA - Exame gratuito é assegurado nos Cejuscs para determinar paternidade

RICARDO LIMA





RICARDO LIMA

Pacificação - Casa da Justiça faz reconhecimentos de paternidade e divórcios

Até maio houve 743 acordos pré-processuais, conciliações e mediações nos seis Cejuscs.

Casa da Justiça facilita o consenso

As portas estão abertas para resolver problemas familiares pela via do diálogo

No último dia 22 de agosto, a Casa de Justiça e Cidadania do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) promoveu, de 8h às 14 horas, o quarto mutirão de serviços aos sábados – os chamados “Sabadania” –, durante os quais faz exames de DNA gratuitos para reconhecimento de paternidade, divórcios consensuais e emissão de carteiras de identidade e outros documentos. Há seis mutirões do Sabadania programados para 2015. Três outras edições ocorreram nos dias 11 de abril, 23 de maio e 27 de junho. As próximas estão programadas para 17 de outubro e 5 de dezembro.

A Casa da Justiça abriga o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) de Belém. Coordenada pelo juiz Sílvio César dos Santos, a Casa da Justiça tem a missão de garantir resposta imediata ao cidadão,

evitando o processo judicial para resolver conflitos familiares. “É importante ressaltar que, além das ações aos sábados, a Casa da Justiça funciona todos os dias e a população pode procurar nossos serviços”, convida o juiz Sílvio César dos Santos.

Entre 2013 e 2015, a Casa de Justiça e Cidadania do TJPA fez 8,7 mil atendimentos e 563 audiências para pacificar conflitos e evitar ações judiciais, 391 das quais resultaram em conciliações. Este ano, até maio, foram 214 acordos homologados pelo Cejusc, 37% das conciliações feitas pelos 6 Cejuscs do Pará.

Incorporados a partir de julho de 2014, os divórcios consensuais já definiram a situação civil de mais de 143 casais. Nos últimos dois anos, foram feitos 762 reconhecimentos de paternidade e 224 exames gratuitos de DNA.

COMO FUNCIONA?

Nos mutirões de “Sabadania”, divórcios consensuais e exames gratuitos de DNA para reconhecimento de paternidade são agendados previamente.

Para carteiras de identidade e de trabalho é preciso apresentar cópias autenticadas ou originais de documentos de identificação legíveis e em bom estado de conservação, com local de nascimento, estado, filiação e órgão expedidor. A expedição da carteira de identidade exige certidão de nascimento, comprovante de residência e duas fotos 3x4.

CASA DA JUSTIÇA: Avenida Almirante Barroso, 2380 - (91) 3131-1600. De segunda a sexta-feira, das 8h às 14h.

CONCILIAÇÃO FISCAL

Recuperar créditos e evitar leilão de imóveis

Vara de Execução Fiscal negocia débitos municipais em atraso com descontos em juros e multas

RICARDO LIMA



5ª edição da Semana da Conciliação Fiscal, promovida pelo Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), de 11 a 22 de maio deste ano, recuperou mais de R\$ 9,4 milhões em dívidas já em processo de execução fiscal no âmbito das duas varas competentes em Belém.

Feita em parceria com a Secretaria Municipal de Finanças (Sefin) e a Procuradoria Fiscal de Belém, a 5ª Semana de Conciliação Fiscal atendeu 1.105 pessoas e formalizou 1.045 acordos, com um percentual de consenso de 94,57% em 120 audiências diárias, presididas pela juíza Kédima Lyra, titular da 1ª Vara de Execução Fiscal de Belém e autora do projeto que recebeu menção honrosa do prêmio “Conciliar é legal”, do Conselho Nacional de Justiça, no ano passado.

A ideia da conciliação fiscal surgiu em 2010, quando a juíza Kédima Lyra assumiu a 4ª Vara de Fazenda Pública em Belém e deparou-se com a grande quantidade de processos em fase de leilão, envolvendo famílias em desespero, com imóveis leiloados para pagar dívidas tributárias de IPTU, carro-chefe dos processos de execução fiscal.

Nessa época – lembra a juíza Kédima Lyra – não havia conciliação na área fiscal. “Não havia porque o crédito público é um direito indisponível, não pode ser transacionado pelo Fisco”, lembra a juíza, ao apontar o impasse que impedia a conciliação na fase de execução.

A solução adotada foi convencer o município a conceder incentivo fiscal de descontos nos juros e multas, além de parcelamento estendido, pressupostos da Semana de Conciliação Fiscal, cuja primeira experiência foi feita em junho de 2013, com resultado positivo de mais de 90% de acordos.



Conciliação fiscal - indisponibilidade do crédito público não impede negociação

A Semana de Conciliação Fiscal permite aos contribuintes negociar débitos tributários referentes ao Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), Taxa de Localização e Funcionamento (TLPL), e Imposto sobre Serviços de qualquer Natureza (ISSQN).

Os descontos são de até 90% sobre os juros e multas e o débito pode ser parcelado em até 60 vezes, respeitando o valor mínimo de R\$ 50,00 por parcela para pessoas físicas e de R\$ 200,00 para pessoas jurídicas, independentemente do imposto a ser pago.

Estabelecida a negociação, o bem é imediatamente retirado do leilão. A Semana de Conciliação Fiscal ao mesmo tempo que recupera o crédito público, restitui ao contribuinte a garantia de propriedade do seu imóvel, ameaçada pela execução fiscal. As duas varas de Execução Fiscal em Belém concentram um total de 115 mil processos, 80% dos quais se referem a débitos de IPTU, principal tributo usado pelo município para financiar serviços públicos de iluminação, urbanismo, saúde, asfalto e saneamento.

Nas quatro edições anteriores da Semana de Conciliação Fiscal houve 3.126 audiências, das quais 2.983 resultaram em conciliações, média de 95% de acordos.

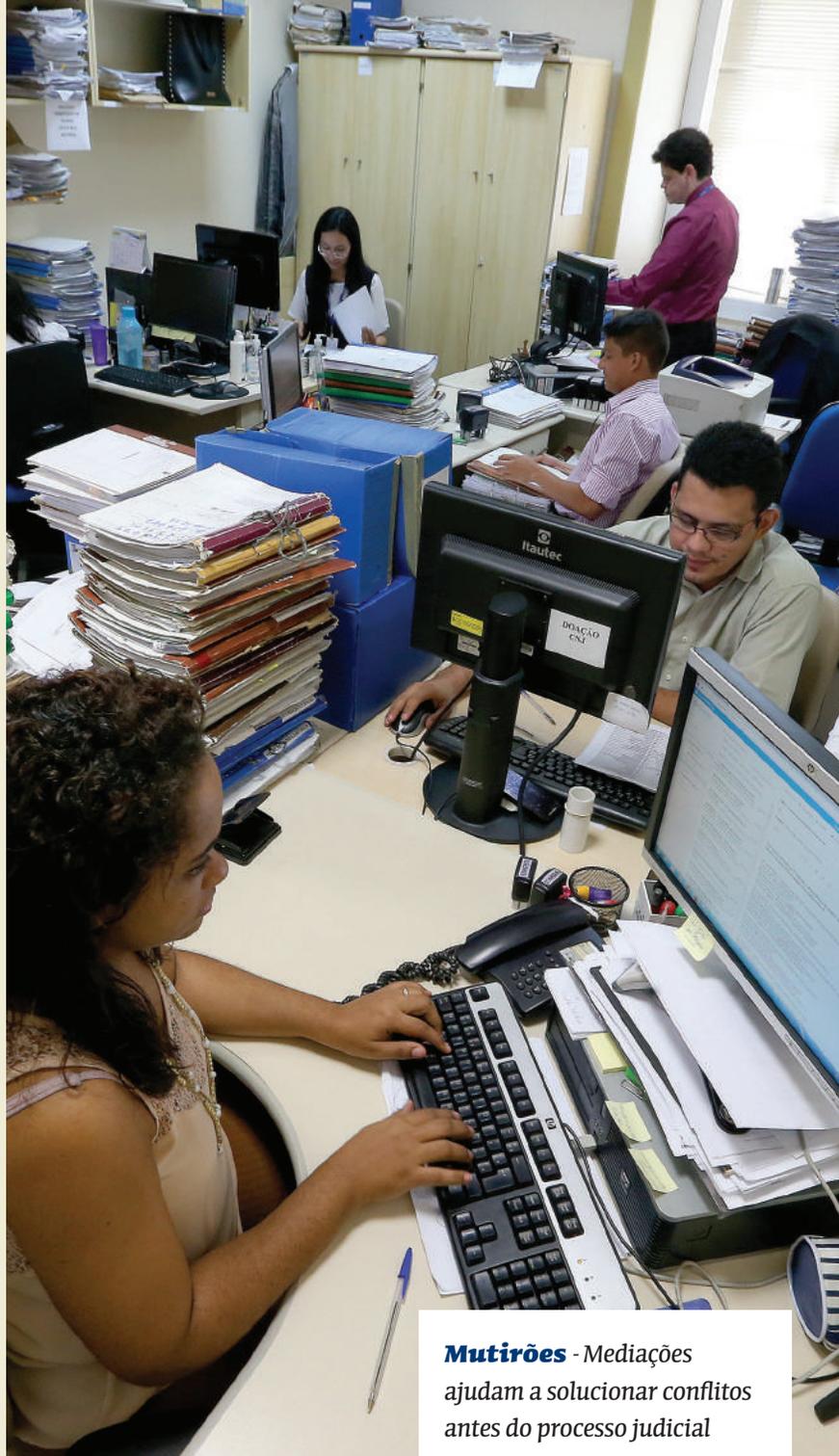
Negociação livra de imediato de leilão o imóvel da família em débito com o IPTU.

Santarém movimentou 400 processos

O Fórum de Santarém mobilizou todas as varas judiciais cíveis, entre 3 e 7 de agosto deste ano, para a 2ª edição do Concilia Santarém, que movimentou mais de 400 processos em cinco dias. O Fórum da Justiça e as varas do juizado que funcionam nas Faculdades Integradas do Tapajós (FIT) e na Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) garantiram conciliação para processos em tramitação.

A 2ª edição do Concilia Santarém foi aberta por audiência pública para explicar às autoridades e representantes da sociedade civil o funcionamento do mutirão, que envolve equipes das varas judiciais cíveis e do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. Estudantes das faculdades de Direito da FIT e da Ufopa também fazem mediação de conflitos pré-judiciais ou de processos já em andamento.

Em parceria com a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Pará (Sejudh) há também expedição de carteiras de identidade, 2ª via de registro de nascimento e cartão do SUS, serviços disponíveis só nos dias 3 e 5 de agosto, no Salão do Júri.



RICARDO LIMA

TJPA garante pagamento de precatórios

Acordos envolveram R\$ 2,3 milhões e 48 credores

Um total de R\$ 2,3 milhões pagos em precatórios transitados em julgado, envolvendo 48 credores, foi o resultado da 1ª Agenda da Conciliação do projeto Precatório em Dia, do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), que homologou 27 acordos entre 26 e 29 de maio deste ano.

Coordenada pela juíza auxiliar da presidência do TJPA, Sílvia Mara Bentes, a 1ª Agenda da Conciliação Precatório em Dia programou a análise de 24 precatórios de 88 credores. Precatórios são requisições de pagamento de quantia superior a 60 salários mínimos por beneficiário, devida pela Fazenda Pública em face de condenação judicial.

Os credores são intimados previamente para manifestar-se sobre a proposta de acordo. A agenda de maio foi exclusiva para dívidas com o Estado, levantadas pelo Serviço de Cálculo, que definiu a quantidade dos precatórios à conciliação a partir do valor devido a cada credor. O cálculo envolve percentual de deságio e retenções legais, como Imposto de Renda.

A conciliação reduz o número de credores inscritos para pagamento de dívidas com decisão judicial favorável e que aguardam em lista cronológica. Também diminui o tempo de espera pelo pagamento, garante o direito à prestação do serviço judicial ao cidadão, reduz o estoque da dívida e estimula o acordo em torno do valor devido.

Até 1º de julho de 2014, havia 508 precatórios do Estado na Coordenadoria. A Coordenadoria de Precatórios funciona no 3º andar do anexo do prédio-sede do TJPA.

Mutirões - Mediações ajudam a solucionar conflitos antes do processo judicial

Acordos resgatam mais de R\$ 348 mil

Mais de R\$ 348 mil em dívidas foram negociadas em 136 audiências de conciliação feitas pela Coordenadoria dos Juizados Especiais do TJPA, em Belém, Marabá e Parauapebas, em maio passado. Foram 81 acordos em processos específicos contra o Banco do Brasil.

A ação integra o programa Justiça em Movimento, da Coordenadoria dos Juizados Especiais, sob a responsabilidade da desembargadora Vânia Fortes Bitar e orientações do

Plano de Gestão do Poder Judiciário para o biênio 2015/2017.

Em Belém foram 51 audiências, 37 acordos e R\$ 123.632,60 negociados. Em Parauapebas houve 17 acordos em 29 audiências, com R\$ 161.104,69 negociados. Em Marabá foram 56 audiências, 27 acordos e R\$ 63.564,80 negociados.

CELPA

Um total de 140 acordos com a

Celpe, 88 dos quais envolvendo processos judiciais e 52 extrajudiciais, foi o resultado do mutirão de conciliação promovido em maio passado pela 2ª Vara do Juizado Especial Cível e pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejus) do município de Parauapebas, no sudeste do Estado.

Coordenado pela juíza Eline Salgado, o mutirão de conciliação fez mais de 200 audiências entre 25 e 29 de maio e obteve acordo em aproximadamente 70% das audiências

REDESCOBERTA

Juizados especiais mergulham nas origens

TJPA atende convocação da ministra Nancy Andrichi e faz releitura da Lei 9.099/95

Redescobrir os Juizados Especiais e evitar que eles se submetam aos embaraços dos processos da Justiça tradicional. A Coordenadoria dos Juizados Especiais do Tribunal de Justiça do Pará, sob a responsabilidade da desembargadora Vania Bitar Fortes, atendeu à convocação da Corregedoria Nacional de Justiça para uma releitura da Lei 9.099/95, aplicada ao trabalho cotidiano. Vinte anos atrás, essa lei estabelecia os princípios que norteiam os juizados especiais: oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação.

No dia 9 de abril deste ano, a desembargadora Vania Fortes Bitar esteve com a corregedora nacional de Justiça, ministra Nancy Andrichi, em Brasília, para debater o programa cujo principal objetivo é investir nos princípios que norteiam os Juizados Especiais Cíveis e Criminais em todo o Brasil. Trata-se do “Redescobrimo os Juizados Especiais”.

É uma nova justiça – definiu a ministra Nancy Andrichi –, frisando a aversão à burocracia e a proximidade com os cidadãos que caracterizam os juizados especiais, qualidades necessárias para dar solução a causas mais simples e

nem por isso menos complexas do cotidiano. A constatação de afastamento dos princípios dos juizados especiais inspirou a ministra Nancy Andrichi a propor um resgate daquela que ela reputa como uma das leis mais modernas da legislação brasileira.

A ministra acredita que a facilidade proporcionada pelas novas tecnologias permite esse retorno às origens com mais eficiência, desde que o processo seja conduzido por quem detém o abalizado e notório conhecimento da lei, os que realizam as audiências e vivem com intensidade os Juizados Especiais diariamente. Esse conhecimento transformado em ação – avalia a ministra – determinará como a Justiça Especial dará resposta às dificuldades e conflitos vividos pelos cidadãos brasileiros no dia a dia, única forma de se obter a paz social.

RETORNO

“É esse retorno às origens que os Juizados Especiais farão nos próximos dois anos, uma submissão aos princípios que inspiraram seu surgimento”, observou a desembargadora Vania Bitar Fortes, ao avaliar a necessidade de uma retomada das diretri-



Paz - “Verão com Justiça” assegura tranquilidade às famílias que vão à praia em busca de lazer durante as férias de julho

zes originais dos Juizados Especiais também no TJPA.

Em setembro, a Justiça brasileira comemora os 20 anos da Lei dos Juizados Especiais (9.099/95), mas desde o início desta gestão o Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) tem intensificado ações em consonância com as causas que inspiram o programa Redescobrimo os Juizados Especiais, entre os quais mutirões de sentença, ações de itinerância nas ilhas do Pará, com os projetos Ribeirinho Cidadão, previsto para o 2º semestre, e a Agenda Itinerante, esse último em execução no primeiro semestre deste ano, parceria com a Caixa Econômica Federal, cuja Agência-Barco atende furos e igarapés. Há também projetos de apoio virtual às secretarias de Juizados, dentre vários outros. “Justiça em Movimento” é o programa da Coordenadoria dos Juizados Especiais para levar os Juizados Especiais ao encontro do cidadão nas regiões mais remotas do Pará.

A Corregedoria Nacional de Justiça contabiliza no Brasil 1.837 juizados especiais, de caráter estadual, 545 dos quais cíveis; 130 criminais; 35 de Fazenda Pública; 824 únicos ou com acumulação de mais de uma competência; e 303 adjuntos a varas.

Em setembro, a Justiça comemora os 20 anos da Lei dos Juizados Especiais

Ajuda virtual para despachar processos

RICARDO LIMA

Em 15 de junho deste ano, cerca de 300 petições foram juntadas a processos eletrônicos em trâmite nos Juizados Especiais de Castanhal e Redenção durante o primeiro dia do projeto “Secretaria Virtual”, da Coordenadoria de Juizados Especiais do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), cujo objetivo é dar apoio a unidades dos juizados especiais nos despachos de petições pendentes de juntada nos processos. O trabalho se iniciou nas secretarias dos Juizados de Castanhal, Redenção e São Miguel do Guamá, que concentravam quase duas mil petições para análise, cada. Duas equipes com três servidores, cada, deram apoio às unidades para agilizar a prestação jurisdicional, preparando os processos para análise dos magistrados.

ANANINDEUA

O Grupo de Trabalho formado no âmbito da 2ª Vara do Juizado Especial Cível de Ananindeua, sob a coordenação da juíza Blenda Rigon, analisou durante o mês de junho 678 processos, com 382 sentenças, 81 decisões e 215 despachos.

BELÉM

A 10ª Vara do Juizado Cível de Belém promoverá, a partir do dia 17 de agosto, o mutirão de audiências a fim de acelerar a prestação jurisdicional, antecipar a solução dos conflitos, reduzir os prazos de tramitação dos processos e reduzir o estoque de demandas processuais.

RICARDO LIMA



Verão com justiça e cidadania para todos

A bordo de uma das unidades móveis do TJPA, o projeto “Verão com Justiça e Cidadania” garantiu atendimento ao público que frequentou desde a Praia Grande, em Outeiro, até o Atalaia, em Salinas, sem esquecer a Praça do Chapéu Virado, na Ilha de Mosqueiro, no último final de semana das férias escolares, nos dias 1º e 2 de agosto.

De 10h às 17h, a base sob a responsabilidade da Coordenadoria dos Juizados Especiais esteve a postos nas praias para evitar que infrações penais de menor potencial ofensivo evoluíssem para situações mais graves, causadas pela sensação de impunidade.

“No caso de infrações de menor potencial ofensivo, o autor é imediatamente apresentado à Unidade de Polícia Civil que funciona junto ao Juizado Especial Itinerante. O Delegado lavra um Termo Circunstanciado de Ocorrência, que é encaminhado – junto com o infrator – ao juiz de plantão. Um Defensor Público (ou advogado dativo) assistirá o acusado e uma medida judicial alternativa pode

ser arbitrada, para inibir nova infração penal e demonstrar à sociedade que é possível afastar a sensação de impunidade que sempre ocorre em casos semelhantes”, explica a coordenadora dos Juizados Especiais do TJPA, desembargadora Vania Fortes Bitar.

Também houve emissões de carteiras de identidade, de trabalho e de título de eleitor. O objetivo é aproximar o Judiciário do cidadão, promovendo a cidadania e a paz social.

Em 2015, o “Verão com Justiça e Cidadania” esteve na Praia Grande, no Outeiro, nos dias 11 e 12 de julho; e na praia do Atalaia, em Salinas, nos dias 18, 19, 25 e 26 de julho. São parceiros do Judiciário no projeto o Tribunal Regional Eleitoral, Ministério Público, Defensoria Pública, Ordem dos Advogados do Brasil, seccional do Pará, Secretaria de Segurança Pública, Polícia Civil, Polícia Militar, Prefeituras Municipais, Secretarias de Saúde (municipais e estadual), cartórios extrajudiciais, e o Pro Paz.

Salinas
- Crimes de menor potencial ofensivo são o foco do atendimento



Justiça navega para atender na ilha do Marajó

A Coordenadoria de Juizados Especiais do TJPA movimentou 237 processos nas Comarcas de Soure e Ponta de Pedras e nos municípios de Muaná e São Sebastião da Boa Vista, na Ilha do Marajó, atendendo dezenas de ribeirinhos.

A Agenda de Atividade Itinerante 2015 é feita em parceria com várias instituições na Agência Barco da Caixa Econômica Federal, que moradores das ilhas do Pará. Dirigida pela Coordenadoria dos Juizados Especiais do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), a equipe prestou o atendimento no período de 13 a 17 de julho, em Soure e Ponta de Pedras, e de 29 de junho a 3 de julho, em Muaná e São Sebastião da Boa Vista.

Foram analisados 152 processos, 96 dos quais em Soure e 56 em Muaná. Das 96 ações avaliadas em Soure, 50 receberam despachos, 38 foram sentenciadas e outras oito tiveram decisões interlocutórias. Já em Ponta de Pedras, das 56 ações analisadas, em 23 houve despachos. Também foram sentenciados 29 processos e quatro decisões interlocutórias.

Nos municípios de Muaná e São Sebastião da Boa Vista foram analisados 85 processos, 60 dos quais em São Sebastião e 25 em Muaná. Das 60 ações, 47 receberam despachos, nove foram sentenciadas e outras quatro tiveram decisões interlocutórias. Já em Muaná, das 25 ações analisadas, em 23 houve despachos. Também foram sentenciados dois processos. Ainda em Muaná, oito audiências de conciliação foram realizadas, resultando em quatro acordos entre as partes.

Por meio da parceria com a Agência Barco da Caixa, o Judiciário também disponibiliza informações de cidadania e orientações jurisdicionais. A Agenda Itinerante integra o programa Justiça em Movimento, cujo objetivo é levar a prestação jurisdicional a todos os pontos do Estado que tenham dificuldades de acesso, como comunidades só alcançadas por barcos ou por estradas em situações precárias e que precisam da assistência judiciária. “A essência do programa é levar o juiz ao encontro da população, atendendo suas demandas e solucionando os conflitos sociais”, explica a desembargadora Vania Fortes Bitar.



ÉRIKA NUNES

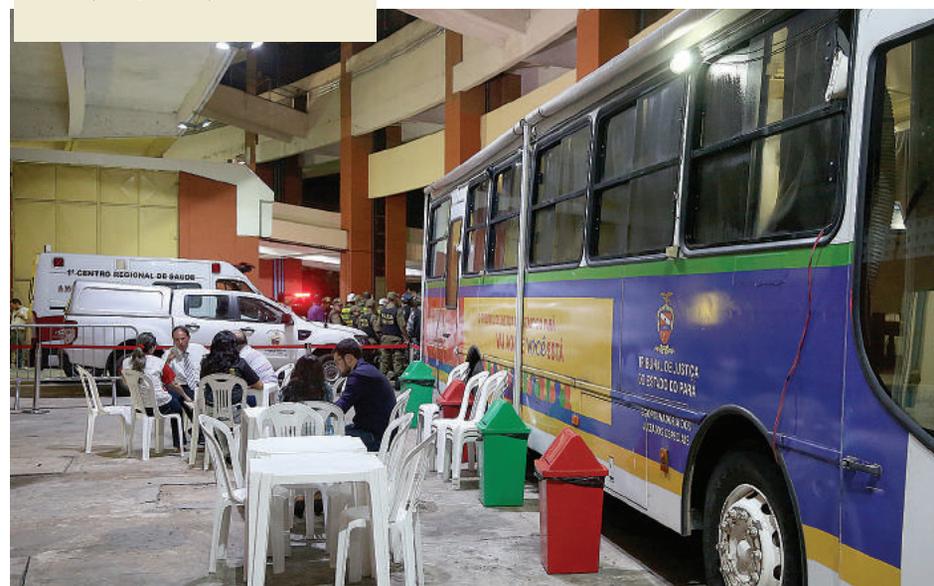
Na ilha - Parceria ajuda o TJPA a garantir Justiça na região do Marajó

Projeto defende quem torce pela paz

No mesmo espírito, o projeto “Futebol com Justiça” atua para promover medidas concretas de pacificação nos eventos esportivos de grande concentração popular, especialmente em competições de futebol, dando solução a conflitos entre torcedores e reprimindo infrações penais de menor potencial ofensivo. Os objetivos são: garantir a segurança nos locais dos eventos esportivos antes, durante e após a realização das partidas; reduzir a violência, especialmente conflitos entre torcedores ou entre torcidas organizadas; ajudar as autoridades da segurança a coibir o porte de objetos, bebidas ou substâncias proibidas ou suscetíveis de gerar ou possibilitar atos de violência; assegurar ao torcedor a aplicação do Estatuto de Defesa do Torcedor; facilitar o acesso à Justiça a torcedores e a usuários de locais onde há

Segurança - Presença da Justiça nos estádios garante a paz em competições esportivas

eventos esportivos de relevância; e solucionar de forma rápida os conflitos no entorno de estádios e ginásios de esportes, contribuindo na repressão à prática de ilícitos.



RICARDO LIMA

Desembargadora visita os Juizados

Desde fevereiro, logo após a posse na Coordenadoria dos Juizados Especiais do TJPA, a desembargadora Vania Fortes Bitar tem visitado as unidades dos juizados especiais para verificar as condições de trabalho e as estruturas físicas e de recursos humanos. O objetivo é levantar as demandas para buscar soluções. No último dia 17 de julho,

a desembargadora visitou as varas dos juizados especiais da Comarca de Bragança e Salinópolis, onde foi recebida pelos juizes Roberto Ribeiro Valois, de Bragança, e Gabriel Costa Ribeiro, de Salinópolis.

Acompanhada da juíza auxiliar Ana Lúcia Lynch, a desembargadora percorre os espaços dos prédios e se reúne com magistrados e servidores

das unidades para levantar informações necessárias às providências de melhoria da ambientação do trabalho e do atendimento ao público.

A equipe da Coordenadoria já esteve em todas as unidades de Juizados da Região Metropolitana de Belém e, no interior, já visitou as unidades dos Juizados Especiais de Santarém, Abaetetuba e Castanhal.

EM DOMICÍLIO

Juízes visitam famílias para decidir curatelas

Magistrados verificam situação do doente, cuidados e condições de moradia

RICARDO LIMA



Audiências em domicílio integram a rotina dos juízes da 2ª e 3ª Vara Cíveis de Belém, cuja competência envolve órfãos, interditos e ausentes. Na última quinta-feira de cada mês, eles se deslocam aos bairros de Belém, acompanhados de promotores, para visitar famílias que pleiteiam na Justiça a curatela – responsabilidade pela administração de bens e rendas – de parentes debilitados, que não andam ou falam e não podem se deslocar ao Fórum.

“São pessoas que não têm mais condições de reger a própria vida”, definiu a juíza titular da 3ª Vara Cível, Mônica Naif Daibes, durante o cumprimento de sete visitas agendadas para os bairros do Benguí, Sacramenta, Marambaia, Souza, Batista Campos e Juruas, no final de abril passado.

Vítima de três AVCs, Severino Ramos Barros, 74 anos, morador do Benguí, não sai da cama e mal consegue falar. Para receber a pensão do marido, dona Izadercia Barbosa de Araújo, 66 anos, teve de levá-lo, debilitado, à agên-



Em domicílio - visitas ocorrem na última quinta-feira de cada mês

cia do INSS para que fosse constatada a incapacidade dele para ir ao banco. A aposentadoria do idoso complementa as despesas da família

A mesma situação vive a família de Davino da Silva Souza, 93 anos, na Marambaia. Ele tem Alzheimer e a família também conta com a aposentadoria de pouco mais de R\$ 900 para as despesas e cuidados necessários ao bem estar do aposentado.

A juíza explica que a visita é essencial para reunir elementos concretos a uma decisão sobre a curatela.

É preciso constatar as condições de

moradia, saúde e cuidados com a pessoa que será interditada. “Na petição inicial do processo, a parte já pode informar as condições do paciente e pedir a audiência na residência. A pessoa que vai sofrer a interdição muitas vezes não pode vir até o Fórum, então nós vamos até elas para que possamos escutar o autor da ação e alguns familiares”, ressaltou a magistrada.

Após entrevista e verificação das con-

dições do interdito, o promotor dá um parecer e a causa só não é sentenciada na hora, porque o juiz tem que esperar o prazo legal de cinco dias previsto para impugnação, caso haja interesse.

O procedimento conforta os familiares envolvidos no processo e dá celeridade à resolução da demanda. “É um trabalho diferenciado e de extrema utilidade”, afirmou Sérgio Penafort Souza, que pediu a curatela do pai, Davino da Silva Souza. Entre fevereiro e maio, a 3ª Vara Cível fez 18 audiências domiciliares.

INCAPACITAÇÃO

A capacidade civil que habilita todo cidadão a atos como doação, compra ou venda de bens móveis e imóveis, por exemplo, pode ser suspensa, segundo o Código Civil, no caso de incapacitação do indivíduo para discernir seus atos, daí a interdição e a curatela. “As doenças incapacitantes são a esquizofrenia paranoide, Alzheimer e demência em estado avançado”, explica a magistrada.

Nesses casos, o representante legal, que é um curador nomeado pelo juiz após o trâmite processual, administrará o dinheiro, cuidará da saúde, levará ao médico e garantirá todos os demais cuidados ao interditado.

Um laudo médico declarando a incapacidade e as limitações para exercer a vida civil é exigido pelo juiz ou pelas partes ao longo do processo. A perícia é feita pelo Instituto de Perícias Científicas Renato Chaves. O processo é enviado ao parecer do Ministério Público. O curador pode ser alguém da família ou um terceiro. Após a concessão da curatela, o juízo fixa na sentença prazo para o curador prestar contas financeiras e dos cuidados com o interditado.

Nós vamos até elas para escutar o autor da ação e alguns familiares.



Transamazônica - Em Uruará, testemunhas tiveram quer ser resgatadas de atoleiro

ARQUIVO DA COMARCA

SEMANA NACIONAL

Pará realiza dois terços dos júris de crimes contra a vida

Em regiões remotas, magistrados se desdobram para cumprir meta na Enasp

II Semana Nacional do Tribunal do Júri, iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), realizou 121 dos 164 júris pautados no Pará, quase 74% do que estava programado. O êxito da ação foi comunicado ao presidente do Tribunal de Justiça do Pará, desembargador Constantino Guerreiro, pela desembargadora Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos, gestora estadual da Meta 4 da Estratégia Nacional de Segurança Pública (Enasp) do CNJ, que estabelece o julgamento de todas as ações de crimes dolosos contra a vida ajuizadas até 31 de dezembro de 2009.

A II Semana Nacional do Júri foi re-

alizada entre 13 e 17 de abril e envolveu 62 unidades judiciárias do Pará. Não houve 43 sessões de júri (26%), a maior parte delas por ausência de defensor ou promotor público, falta de intimação de testemunhas ou réus não localizados. Quase todas foram remarçadas para este ano.

Houve 62 condenações (38%), 47 absolvições (29%) e 12 desclassificações (7%) – aquelas em que os jurados avaliam que não houve dolo (intenção), o que retira a competência do júri para julgar o caso.

No relatório, a desembargadora Maria de Nazaré Gouveia assinala o esforço para superar as dificuldades enfrentadas para garantir as sessões de júri previa-

mente agendadas, sobretudo no interior, citando a situação da Comarca de Uruará, no sudoeste do Pará, onde o juiz Vinicius de Amorim Pedrassoli enviou oficial de Justiça e policiais militares para resgatar testemunhas de acusação residentes no município vizinho de Placas, retidas em um atoleiro na Transamazônica. Por esse motivo, no segundo dia de julgamento, o júri previsto para se iniciar às 9 horas começou somente às 15 horas.

Também em Uruará, a sessão prevista para 17 de abril teve de ser antecipada para o dia 16, em comum acordo entre defesa, jurados e acusação, uma vez que oito dos jurados eram adventistas e pediam dispensa da sexta-feira, dia no qual a partir das 18 horas os

adeptos desta crença entram em suas horas “sabáticas”. O juiz realizou todas as cinco sessões pautadas.

No ofício em que encaminha os resultados da II Semana Nacional do Júri ao presidente do TJPA, a desembargadora Nazaré Gouveia destacou o trabalho da 3ª Vara Penal da Comarca de Santarém, que pautou dez sessões de julgamento, realizadas pelos juízes Gerson Marra Gomes e Laércio de Oliveira; a 3ª Vara Penal da Comarca de Itaituba, cujo juiz Sidney Pomar Falcão fez sete sessões, presidindo mais de um júri por dia; e também “o esforço e comprometimento com o trabalho” do juiz Vinicius Pedrassoli, da Comarca de Uruará.

NOVA CHANCE

Mutirão penal alivia pressão nas cadeias

Só foram liberados réus sem antecedentes, com residência e emprego fixos



O primeiro mutirão carcerário de 2015, específico para presos provisórios do Sistema Penitenciário do Estado, resultou na liberação temporária de 939 dos 4.218 presos que tiveram suas situações processuais revidas. No total, foram analisados 3.700 processos (alguns processos têm mais de um réu).

O mutirão ocorreu de 6 a 10 de abril e os 3.279 presos cujas ordens de prisão foram mantidas tiveram agendadas para maio as audiências de instrução processual, segundo o coordenador do Grupo de Monitoramento e Fiscalização Carcerária (GMF) do Tribunal de Justiça do Pará, desembargador Ronaldo Valle.

O mutirão carcerário foi um compromisso firmado entre o presidente do TJPA, desembargador Constantino Guerreiro; o secretário de Segurança, General Jeannot Jansen, e o diretor da Susipe, André

Cunha, para dar celeridade aos processos de réus presos, após uma série de tumultos registrados nas casas penais do Estado no início de 2015. Segundo a Superintendência do Sistema Penal do Pará (Susipe), há 7,8 mil vagas e 12,9 mil presos, dos quais 45% são provisórios.

Juciara Souza, 28 anos, estava presa no Centro de Recuperação Feminina, onde cumpria no semiaberto condenação de cinco anos, por tráfico. Ela obteve o benefício da prisão domiciliar com monitoramento eletrônico. “Foi a melhor notícia que recebi nos últimos tempos. Iria ganhar liberdade só em novembro, e agora vou poder sair daqui para ficar perto dos meus filhos. Quero continuar trabalhando no projeto ‘Sementes’, que ajuda a manter as praças e ruas de Belém limpas. “É meu primeiro emprego e consegui dentro do presídio, onde aprendi o valor do trabalho”, co-

memorava Juciara, na saída de uma das 300 audiências do mutirão carcerário da 1ª Vara de Execução Penal da Região Metropolitana de Belém.

Tiago Alcântara, 26 anos, cumpria pena por roubo e fugiu da Colônia Penal Agrícola de Santa Izabel em janeiro. Incentivado pela esposa, se apresentou ao juiz. Como faltava um mês para que ele obtivesse a liberdade, o magistrado concedeu ao foragido a prisão domiciliar. “Minha família foi fundamental e me ajudou muito para que eu pudesse mudar de vida”, garantiu Tiago, um dos foragidos que souberam da audiência e foram ao Fórum para explicar o motivo da fuga e regularizar a situação na Justiça.

Audiência - Réu é apresentado ao juiz da 1ª Vara de Execução Penal, Cláudio Rendeiro

RICARDO LIMA

LIBERAÇÃO

O mutirão abrangeu cerca de 130 unidades judiciárias em 97 comarcas do Estado. Os detentos cujas prisões foram revogadas ficam à disposição da Justiça, não podem se ausentar da cidade onde residem sem autorização judicial e devem comparecer a todos os atos processuais.

Só foram revogadas prisões de detentos que não respondem a outros processos penais, com residência fixa, ocupação profissional na cidade onde responde ao crime, que não cometeram crimes hediondos e não oferecem perigo à ordem pública.

O GMF também mantém mutirões de execução penal para presos que já cumprem sentença. De 6 a 9 de abril, o GMF analisou processos na Comarca de Santarém, onde verificou a possibilidade de progressão de regime, remição de pena e livramento condicional, benefícios previstos na Lei de Execução Penal.

Entre os dias 15 e 30 de abril, o mutirão esteve nas comarcas de Breves e Paragominas, onde analisou um total de 258 processos de apenados. De 25 a 29 de maio, o mutirão foi feito na Comarca de Redenção.

Para dar celeridade à tramitação na Justiça, equipe formada por dois juízes, defensores públicos, promotores, servidores do Núcleo de Execução Criminal da Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado (Susipe) e do Poder Judiciário percorrem as comarcas do interior. O mutirão carcerário é parte da rotina da execução penal no Estado, cujo trabalho é acompanhado também pela juíza Marinez Arraes, vice-coordenadora do programa Começar de Novo, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

É meu 1º emprego e consegui no presídio, onde aprendi o valor do trabalho.



Sentença oral poupa tempo e acelera ação

Método já é aplicado em Paragominas

Um método que economiza três meses de tramitação processual está sendo aplicado desde abril deste ano pela juíza da Vara Criminal e de Execução Penal de Paragominas, Tarcila Campos: a sentença no formato oral. Rapidez na tramitação processual e economia de papel são algumas das vantagens do procedimento inédito. Em 16 de junho, a magistrada proferiu a primeira sentença oral com dosimetria de pena.

A economia de tempo na tramitação dos processos é evidente. “O réu já sai da audiência com sentença, pois Ministério Público e Defensoria fazem as alegações finais no mesmo dia. Nós economizamos pelo menos três meses de trâmite”, comemora a juíza.

A ideia é aplicar o método gradativamente. “Por enquanto utilizaremos com processos mais simples e depois passaremos para os casos mais complexos”, explica a magistrada, que no último dia 16 de junho proferiu a primeira sentença oral com dosimetria de pena, condenando o réu Ronaldo Ferreira da Conceição a cinco anos de reclusão pelo crime de roubo e por infração à lei de tráfico de drogas (Art. 157, caput do Código Penal e art. 28 da lei 11.343/2006).

Como o réu já havia cumprido dez meses e 21 dias de prisão, pois estava preso desde 25 de julho de 2014, a juíza fixou a pena em três anos e nove dias para ser cumprida em regime aberto.



Urgência - Campanha quer reduzir a violência contra as mulheres no Pará e no País

MEDIDAS PROTETIVAS

Acordo de cooperação garante Patrulha Maria da Penha

Iniciativa marca os nove anos da lei de combate à violência contra a mulher



Os 18 mil processos relacionados à violência doméstica e familiar contra as mulheres que tramitam no âmbito do Judiciário no Pará revelam a urgência de garantir segurança a quem está sob ameaça constante. É essa necessidade que inspira a segunda fase da campanha “Justiça pela Paz em Casa, Nossa Justa Causa”, lançada no Pará no último dia 3 de agosto, no Fórum Cível de Belém,

pela desembargadora Vera Araújo, titular da Coordenadoria Estadual de Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar, do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA). Até 8 de agosto, as comarcas do Pará programaram mil audiências e dez tribunais do júri em todo o estado, relacionados a processos envolvendo violência contra a mulher. A grande maioria deles envolve ameaças e lesão corporal. O Brasil ocupa a 7ª posição em número

de crimes de violência doméstica contra a mulher, e o Pará está em 10º no País nessa lamentável estatística.

Para mudar essa realidade, o TJPA marcou os 9 anos de existência da Lei Maria da Penha, no dia 7 de agosto, com o lançamento, no dia 14, do projeto “Patrulha Maria da Penha”, um contingente de 20 policiais militares treinados pelos juízes das Varas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher para garantir a apli-

RICARDO LIMA



Proteção - Mulheres sob o amparo de medidas protetivas terão apoio de policiais

Terra Firme participa da campanha

Uma ação de cidadania voltada especialmente às mulheres e seus filhos na Unidade Integrada do ProPaz, na Terra Firme, disponibilizou vacinação contra hepatite B, atendimento médico, testes rápidos para HIV e hepatite, expedição de carteiras de identidade e de trabalho, certidão de nascimento, atendimentos jurídicos, além da participação do Instituto Embelezze.

O prédio-sede do TJPA, na avenida Almirante Barroso, iluminou-se na cor lilás para chamar atenção ao tema.

No Fórum Cível, no Fórum Criminal e no Fórum de Ananindeua houve arrecadação de produtos de higiene pessoal e de cosméticos para doação aos abrigos de mulheres. Também foram arrecadados brinquedos para a brinquedoteca da sala da Coordenadoria de Mulher (no Fórum Criminal), para entretenimento de filhos de mulheres vítimas de violência doméstica em atendimento nas varas.

A campanha é feita em parceria com o ProPaz, OAB Pará, Ministério Público, Defensoria, Secretaria de Segurança Pública (Segup), Prefeitura de Belém, Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH), Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (Deam) e Universidade federal do Pará (UFPA). A primeira fase da campanha “Justiça pela Paz em Casa, Nossa Justa Causa” foi feita entre 9 e 14 de março, durante a Semana da Mulher, quando foram realizadas 400 audiências envolvendo processos de violência contra a mulher.

cação das medidas protetivas em favor de mulheres vítimas de violência. “Isso dará segurança para outras mulheres denunciarem a violência”, avalia a desembargadora Vera Araújo, ao informar que o serviço é fruto de termo de cooperação técnica assinado com o secretário de Segurança Pública do Pará, general Jeannot Jansen.

O Tribunal de Justiça também atuará em conjunto com os demais membros da rede de proteção à mulher vítima de Violência Doméstica e Familiar no polo Propaz-Mulher. “Lá haverá plantão de juizes das varas de VDF, de representante da Defensoria Pública e do Ministério Público, além da Deam, visando uma maior celeridade na apreciação e deferimento de medidas protetivas de urgência. Pretendemos também, em parceria com a Prefeitura de Belém, implementar o projeto que visa a instalação do ‘botão do pânico’, sendo que este projeto já está em estudo de viabilização para sua implantação; quando implantado, permitirá que a vítima que já tenha

medida protetiva deferida acione diretamente a polícia em caso de descumprimento”, informa.

O programa Justiça pela Paz em Casa, Nossa Justa Causa é coordenado em âmbito nacional pela ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), e em 2015 marca os nove anos da lei Maria da Penha.

PALESTRAS

O lançamento da campanha em Belém teve duas palestras sobre violência doméstica, a primeira delas ministrada pela doutora Adelma Pimentel – PHD em Psicologia e Psicopatologia do Desenvolvimento pela Universidade de Portugal (UEVORA), pesquisadora e professora da Universidade Federal do Pará, sobre a “Complexidade da Abordagem Psicológica na violência conjugal”, na qual ela fez reflexões sobre a lógica da vítima e do agressor e disse que é preciso entender a trajetória de vida dos casais.

A doutora Lorena Faben, profes-

sora da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), discutiu “Justiça Restaurativa e Violência Doméstica – uma breve abordagem”, apresentou o projeto piloto do Programa de Extensão Justiça Restaurativa e Violência Doméstica de Marabá, do qual é coordenadora, e falou dos desafios, valores e benefícios da Justiça restaurativa como complemento à Justiça tradicional.

Duas peças de teatro com servidores do TJPA retrataram cenas de violência doméstica em vários contextos e classes sociais.

Houve ainda as palestras sobre Constelação Sistêmica como meio de autocomposição de conflitos e Justiça Restaurativa como oportunidade de pacificação social na Justiça Criminal; “Violência de Gênero e as implicações no Direito Internacional. Constitucionalidade e Convencionalidade das disposições da Maria da Penha”, ministrado pelo juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública e doutor pela Universidade de Salamanca, na Espanha, Élder Lisboa.

TJPA atua na rede de proteção à mulher vítima de violência junto com o ProPaz.

PRISÕES

Audiência de custódia garante direitos em Belém

Instrumento assegura o direito de defesa e a oportunidade do preso de falar ao magistrado

RICARDO LIMA



direito do preso em flagrante ser apresentado a um juiz no menor tempo possível após a prisão é o objetivo da audiência de custódia, projeto que se iniciou em São Paulo, com o apoio do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e que o Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) implanta a partir de 25 de setembro em Belém, com a presença do ministro Ricardo Lewandowski, presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça.

O acordo de cooperação técnica entre o Judiciário e o Governo do Estado, para a viabilização do projeto, foi assinado no último dia 14, pelo presidente do Tribunal de Justiça do Pará, desembargador Constantino Guerreiro, e pelo governador Simão Jatene, durante solenidade de outorga da medalha do Mérito Judiciário, na Igreja de Santo Alexandre, em Belém. Trata-se de um direito previsto no Pacto de San Jose da Costa Rica, a Convenção Interamericana de Direitos Humanos, à qual o Brasil aderiu em setembro de 1992, após aprovação do Congresso Nacional.

Na audiência de custódia, o preso em flagrante é apresentado até 24 horas após a detenção ao juiz, em uma audiência da qual participa um defensor público – ou advogado dativo, nomeado pela OAB – e um promotor de Justiça.

Na audiência de custódia, o preso é conduzido à presença do juiz no Fórum e, de imediato, se entrevista com o advogado. O juiz não pode começar a audiência de custódia antes que o preso fale com o seu defensor.

A assistência de um advogado logo após a prisão é outro direito constitucional. O contato direto e imediato assegura ao preso apresentar ao juiz



Direitos - Des. Constantino assina, com o governador Jatene, acordo para implantar as audiências de custódia

outra versão aos fatos que motivaram sua detenção.

As sessões são gravadas em áudio

e vídeo e o Instituto Médico Legal designará peritos para exames de corpo de delito que atestem a integridade física dos presos. Trata-se de um instrumento que garante direitos fundamentais previstos na Constituição: ter um advogado, não ser torturado e ser ouvido imediatamente pelo juiz.

Celeridade e efetividade da Justiça são marcas da política pública das audiências de custódia.

CORREIÇÕES

Carta de Teresina dá apoio incondicional

Apoio incondicional às audiências de custódia e à criação de Centros de Inteligência e Monitoramento das demandas judiciais de massa foram as principais propostas aprovadas pelo Encontro do Colégio Permanente de Corregedores Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil (Encoge), que reuniu sua 68ª edição em Teresina (PI), de 25 a 27 de março deste ano.

As corregedoras de Justiça da Região Metropolitana de Belém e do Interior, desembargadoras Diracy Nunes e Maria do Céu Coutinho, representaram o Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) no evento, que ao final divulgou a “Carta de Teresina”, sintetizando as principais recomendações do evento. O tema do 68º Encoge foi “Gestão da Informação – Garantia de Celeridade e Efetividade”, que debateu iniciativas como “Audiência de Custódia”, “Sistema Integrado de Correições” e “Regulamentação e Registro Eletrônico de Imóveis”.

Debateu-se também a efetividade do novo Código Civil, gestão das serventias estaduais extrajudiciais nas unidades de 1º Grau, iniciativas inovadoras no processo de adoção internacional, projetos sociais no âmbito do Judiciário e o combate ao “uso predatório da Justiça”.

O Encoge é realizado desde 1994, a cada quatro meses, para aperfeiçoar e melhorar a prestação dos serviços judiciais e extrajudiciais dos estados e do Distrito Federal, além de promover a celeridade processual e a aproximação da Justiça com o cidadão.

TJPA fiscaliza a aplicação da Justiça

Corregedorias inspecionaram 64 unidades no interior e na região metropolitana

DIVULGAÇÃO



Audiências públicas no interior e edição de um código que unifica as normas de procedimentos notariais na Região Metropolitana de Belém são algumas das principais medidas adotadas nos seis primeiros meses da gestão do TJPA para o biênio 2015/2017, pelas corregedorias do Interior e Metropolitana, dirigidas, respectivamente, pelas desembargadoras Maria do Céu Coutinho e Diracy Nunes.

No interior, autoridades e representantes da sociedade civil de Bragança, Augusto Corrêa e Viseu, no nordeste do Estado, participaram das audiências públicas que deram início ao processo de correção geral ordinária nos dias 9, 10, 11 e 12 de março.

Nos últimos seis meses foram fiscalizadas presencialmente 48 unidades judiciárias em 24 comarcas do interior e uma força tarefa de servidores das assessorias jurídicas e da secretaria reexaminou centenas de processos.

As correições nas demais comarcas do interior obedeceram a mesma dinâmica e o seguinte calendário: de 23 a 26 de março, em Abaetetuba e Barcarena, no Baixo Tocantins; de 6 a 9 de abril, Vigia de Nazaré, São Caetano de Odivelas, Santo Antônio do Tauá e Colares, nordeste do Estado; de 22 a 24 de abril, em Moju e Igarapé-Miri, também no nordeste; de 4 a 8 de maio em Santarém, na região oeste; de 18 a 22 de maio, em Santa Maria, São Miguel do Guamá e Irituia, na região do rio Guamá; de 8 a 12 de junho, em Marabá, sudeste do Pará; e de 22 a 25 de junho em Mãe do Rio e Aurora do Pará, também no sudeste do Estado.

Um estudo avalia ordens de serviços para nortear as atribuições internas de servidores e as rotinas de promoção e remoção de magistrados.

Um grupo de trabalho analisa a via-



Encoge - Desas. Diracy Nunes e Maria do Céu (ao centro) no encontro de corregedores em Teresina

bilidade da chamada Correição Virtual à distância e a intenção é implantar a rotina até o final dessa gestão. Um diagnóstico está sendo feito a partir de levantamento da Coordenadoria de Estatística para avaliar a redução da Taxa de Congestionamento e do Índice de Atendimento da Demanda nas comarcas do interior.

METROPOLITANA

A normatização dos serviços Notariais e de Registro do Pará foi uma das providências adotadas nesta gestão pela Corregedoria de Justiça da Região Metropolitana de Belém, à frente a desembargadora Diracy Nunes, que publicou no Diário de Justiça nº 5690, no último dia 4 de março de 2015, Código que reúne todas as normas do TJPA sobre as atividades notariais e de registro, os procedimentos materiais e formais e as regras para o exercício da correição. O instrumento normativo passou a vigorar em maio deste ano, 60 dias após sua pu-

blicação, e atende ao art. 38 da Lei Federal nº 8.935/1994, cuja finalidade é assegurar que esses serviços públicos cartorários, executados por particulares por meio de delegação, sejam prestados com eficiência, segurança e celeridade.

No período entre 10 de março e 19 de junho, a Corregedoria de Justiça da Região Metropolitana de Belém fez correições em 16 unidades judiciárias da capital, incluindo Icoaraci e Mosqueiro, Ananindeua, Santa Izabel e Castanhal, incluindo varas criminais, cíveis e empresariais, agrárias, juizados cíveis e criminais, de crimes ambientais e de execução penal.

As correições foram precedidas por reuniões de trabalho, em março, com magistrados e diretores de secretaria, para apresentar a equipe da Corregedoria, as ações prioritárias do biênio e a coleta de sugestões e dificuldades à prestação jurisdicional, inicialmente com magistrados das varas cíveis e criminais da capital e varas distritais de Icoaraci e Mosqueiro, no dia 2; com magistrados das varas de juizados cíveis e criminais da RMB, no dia 6; e magistrados das varas Cíveis e Criminais da RMB, à exceção de Belém e dos distritos, no dia 20.



Conta Comigo -
Apadrinhamento solidário
de crianças em abrigo é
trabalho da CEIJ

INFÂNCIA E JUVENTUDE

TJPA avalia orçamento e existência legal da CEIJ

Há 5 anos a coordenadoria estimula políticas públicas para infância e juventude

Coordenar e elaborar políticas públicas à infância e à juventude no âmbito do Poder Judiciário do Pará, qualificando servidores e magistrados, é a missão da Coordenadoria Estadual de Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Pará, a CEIJ. Nos últimos cinco anos, a CEIJ especializa e habilita os que estão em contato direto com os processos que tratam dos interesses de crianças, adolescentes e jovens no Pará. O objetivo é assegurar que a tramitação dos processos referentes à

Infância e à Juventude ocorra de forma qualificada, rápida e humana.

Coordenador estadual de Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Pará, o desembargador José Maria Teixeira do Rosário foi o primeiro gestor da CEIJ, quando ela foi criada há cinco anos, e destaca projetos e ações estratégicas, com apoio da CEIJ, que asseguraram avanços na política de atenção à Infância e à Juventude no Pará. “O programa ‘Conta Comigo’, de apadrinhamento solidário para crianças que vivem em unidades de

acolhimento; a pesquisa do perfil dessas unidades de acolhimento, em parceria com a Universidade Federal do Pará, que traz dados concretos para a melhoria dessa medida de proteção; a instalação das salas de depoimento especial para crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de crimes; a oferta da justiça restaurativa aos adolescentes em conflito com a lei e a seus familiares”, enumera o desembargador, ao frisar que a CEIJ também está em contato direto com as comarcas, principalmente as de varas

únicas e com número expressivo de processos envolvendo crianças e adolescentes, para acompanhar de perto as demandas dessas localidades e contribuir para superar dificuldades.

Na avaliação do desembargador, existência legal e dotação própria são passos fundamentais para que a CEIJ melhore a sua performance como instância de assessoramento direto da presidência do TJPA, desempenhando de forma mais qualificada suas atribuições. “A necessidade de dotação orçamentária própria que viabilize a execução direta

Ação exige compromisso e afeto

Equipe técnica destaca a necessidade de interação e diálogo

das ações voltadas às políticas públicas para crianças e adolescentes foi percebida e acatada pela presidência do TJPA”, garante o desembargador José Maria, ao informar que a criação da CEIJ através de lei está sendo avaliada pela Comissão de Legislação do TJPA.

A defesa do Estatuto da Criança e do Adolescente, que em 2015 completou 25 anos, é outra missão da CEIJ. O desembargador destaca que o ECA é responsável por vários avanços na sociedade. “Os conselhos tutelares, tão importantes na vida de crianças e adolescentes, são inovação do ECA; a luta pela garantia ao direito à convivência familiar e comunitária está toda embasada no ECA; a atuação das varas de Infância e Juventude também tem como base o ECA”, diz o desembargador, ao admitir, porém, que são necessários muitos avanços. “O sistema de garantia de direitos precisa trabalhar em conjunto para efetivar os direitos já garantidos”, defende ele, ao advertir que as políticas básicas de educação, assistência social, saúde, esporte e lazer e profissionalização precisam de mais atenção “para que possamos de fato proteger nossas crianças e adolescentes, almejando um futuro melhor para todos e todas, especialmente para os mais vulnerabilizados.”

MAIORIDADE

O desembargador José Maria Teixeira do Rosário criticou a Proposta de Emenda Constitucional que reduz de 18 para 16 anos a maioridade penal no País, já aprovada na Câmara Federal e ainda dependendo da decisão do Senado. Ele argumenta que a PEC carece de fundamento científico e bases reais. “Os crimes graves cometidos por adolescentes não passam de 1% do total, mas o homicídio é a principal causa de morte de jovens negros, de 16 a 17 anos, de baixa escolaridade no Brasil. Há uma enorme contradição aí. A proposta de redução da maioridade penal vai na contramão dos avanços mundiais já alcançados nas políticas de defesa das crianças e adolescentes e, na prática, não resolve o problema da violência que vitima muito mais os adolescentes que qualquer outro segmento social”.

A pedagoga Angélica Freire destaca a tomada do depoimento especial de crianças e adolescentes como uma das ações de maior relevância coordenadas pela CEIJ, que atua junto aos juizes das comarcas para que a recomendação 33/2010, do CNJ, seja cumprida, pois o depoimento especial garante às crianças e adolescentes, vítimas ou testemunhas de crimes, o direito de serem ouvidos a partir de uma metodologia que reduza os danos. “A equipe precisa estar treinada para usar a técnica de entrevista investigativa e precisa saber dialogar com o magistrado, que também precisa dialogar com a equipe para que a técnica seja empregada adequadamente e a gente possa garantir a proteção integral dessa criança que está na sala prestando depoimento”, adverte.

PARTILHAR

A psicóloga France da Cruz assinala que as ações na CEIJ são partilhadas pela equipe e essa prática se estende ao atendimento às co-

marcas e aos magistrados de vara única, que enfrentam os maiores desafios. “É trabalhoso, demanda muito da gente, não só da questão física do trabalho, da cabeça, mas muito do coração, porque ações voltadas a crianças e adolescentes tocam todo ser humano e a gente enfrenta dessa maneira, com muito compromisso”.

CONTINUIDADE

O pedagogo Alysso Lima atribui à continuidade do trabalho ao longo de cinco anos o bom desempenho da CEIJ no cumprimento de sua missão. “O trabalho desenvolvido pelo desembargador José Maria e também pela Doutora Odete (Carvalho, desembargadora), que foi nossa coordenadora, com os juizes auxiliares e esse corpo técnico do Núcleo de Assessoramento Especializado e a Secretaria é nessa linha da união, da integração, de

conhecer a realidade que temos no Pará e aprimorar a Justiça da Infância e da Juventude”.

DESAFIO

A psicóloga Fabíola Brandão atua na CEIJ desde a sua criação, há cinco anos, e diz que o principal desafio hoje é atuar junto à infância e à juventude das populações tradicionais do Pará, sobretudo as que vivem em áreas de influência dos grandes projetos. “Uma das maiores dificuldades no momento, em função dos grandes projetos no nosso estado, é dar conta de avaliar as necessidades de crianças e adolescentes indígenas, ribeirinhas, quilombolas. A gente iniciou essa intervenção no ano passado, fazendo um curso sobre direitos de crianças e jovens indígenas, e planeja realizar novamente esse curso em agosto deste ano. É uma demanda particular, muito característica do nosso estado, dar conta dessas populações tradicionais, e a coordenadoria precisa olhar para elas com muito carinho, a essas crianças e a esses adolescentes”.

ÉRIKA NUNES

Proteção - CEIJ ajuda a garantir às crianças direito à convivência comunitária e familiar

Redução da maioridade penal vai na contramão dos avanços mundiais já alcançados na defesa de crianças e adolescentes.





Belém, setembro de 2015



PARCERIA

Belém dá um basta ao trabalho infantil

Tribunal Regional do Trabalho e Tribunal de Justiça do Pará atuam em conjunto

RICARDO LIMA

erca de 15 mil pessoas firmaram um compromisso em Belém: dar um basta ao trabalho infantil no Pará e no País, até 2020, e erradicar até o ano que vem as piores formas dessa ilegalidade, entre as quais o serviço doméstico de crianças e jovens.

A Marcha de Belém Contra o Trabalho Infantil, no dia 1º de março, foi uma parceria entre o Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (TRT8) e o Tribunal de Justiça do Pará (TJPA). A manifestação mobilizou servidores públicos estaduais e municipais, grupos da terceira idade, juizes, promotores, defensores públicos, políticos, artistas, empresas e empresários, mas sobretudo os jovens, que marcaram presença em animados grupos, carregando faixas, cartazes e o multicolorido cata-vento ícone da campanha.

“O cata-vento é a hélice que faz decolar o sonho das crianças e adolescentes por um mundo melhor, a varinha de condão da imaginação infantil por um futuro diferente”, explicou o ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Lélcio Bentes Corrêa, coordenador nacional do Combate ao Trabalho Infantil, ao dar início à manifestação pública em Belém.

A caminhada foi a culminância de um processo de mobilização da sociedade civil no combate a uma chaga que envergonha a todos os brasileiros. “O TRT se sente honrado de estar, junto com outros elementos da sociedade, mobilizando, chamando as pessoas para que possamos finalmente erradicar o trabalho infantil da nossa realidade”, disse o ministro.

O desembargador José Maria Teixeira do Rosário, coordenador estada-



Marcha - Belém foi às ruas dizer que lugar de criança é nas escolas e não nas ruas, trabalhando

al de Infância e Juventude do TJPA, representou o presidente do Judiciário paraense, desembargador Constantino Guerreiro, na Marcha de Belém. “A importância da Marcha é conscientizar a sociedade de que a criança deve estudar, nunca trabalhar”, resumiu.

MARCO HISTÓRICO

Titular da 3ª Vara da Infância e Juventude e representante do TJPA na Comissão Estadual Contra o Trabalho Infantil, o juiz Vanderley Oliveira avaliou a Marcha de Belém como um marco histórico para a Justiça brasileira. “A partir de Belém do Pará conclamamos

a sociedade ao enfrentamento desse problema, com responsabilidade, com equilíbrio, para colocar as nossas crianças e adolescentes no eixo da formação saudável”.

Titular da 5ª Vara do Trabalho de Belém, integrante da Comissão Nacional e uma das gestoras regionais do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, a juíza Zuila Lima Dutra classificou a Marcha de Belém como um grande momento de conscientização da sociedade contra formas de trabalho que inviabilizam a infância e comprometem o futuro de milhares de adolescentes.

“A proteção da infância é um dever do Estado, da família e de toda sociedade. Queremos unir esforços para que todos nós juntos possamos trabalhar para erradicar esse mal que tanto envergonha a nossa geração”, definiu a juíza.

Mobilização

População foi às ruas de Belém, liderada pela juventude, para dizer não ao trabalho infantil

A partir de Belém do Pará conclamamos a sociedade ao enfrentamento desse problema com responsabilidade

Caminhada chama atenção para o direito de ser filho

Cerca de 500 pessoas foram às ruas de Belém, no dia 24 de maio, domingo, véspera do Dia Nacional da Adoção, participar da Segunda Caminhada pelo Direito de Ser Filho. O objetivo foi chamar a atenção da sociedade ao direito de crianças e adolescentes terem convivência comunitária e familiar. Técnicos das Varas da Infância e Juventude davam informações sobre os aspectos legais do processo de adoção. A caminhada ocorreu simultaneamente em várias cidades brasileiras.

No Pará, há 68 crianças e adoles-

centes entre 0 e 17 anos cadastradas para adoção, mas o número sobe para 838 se considerados os que aguardam em abrigos a conclusão do processo para o cadastro de adoção. No Brasil, 5,705 crianças e adolescentes cadastrados para adoção, segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Por outro lado há 185 pessoas habilitadas à adoção no Pará, número bem superior às 68 crianças e adolescentes aptas à adoção. Os processos não prosperam por falta de interesse na faixa etária disponível, uma vez que a maioria das

crianças cadastradas já passou dos seis anos de idade.

A legislação estabelece que o processo de adoção não deve exceder o prazo de dois anos. Antes de disponibilizar para adoção, a Justiça esgota todas as possibilidades de manter a criança na família de origem (pais, avós, tios). A preferência, em caso de adoção, é para pretendentes na cidade de origem; depois no Estado, no País e, por fim, a adoção internacional. Os pretendentes à adoção devem se habilitar junto às Varas da Infância e Juventude de sua cidade.

ÉRIKA NUNES



Acolhida - TJPA já empossou este ano 104 analistas, 17 oficiais de Justiça e 40 auxiliares judiciários



Adoção - Processo para acolher uma criança não deve exceder o prazo de dois anos

“ Pretendentes à adoção devem se habilitar junto às Varas de infância e Juventude de suas cidades. ”



RICARDO LIMA

EXPANSÃO

TJPA empossa 110 servidores e chama outros 44 ao trabalho

Concursados atendem às necessidades de expansão do Judiciário no Pará

“Sou paraense agora”, assegurou, com um forte sotaque nordestino o piauiense Philippe Carvalho, aprovado no concurso N° 002/2014 do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) para analista judiciário na área de Direito e empossado no cargo no último dia 6 de julho, junto com 103 dos 110 convocados. A convocação dos aprovados faz parte do esforço do TJPA para atender as comarcas na capital e no interior, onde as necessidades são mais urgentes. O concurso foi para provimento de vagas em cargos de níveis superior e médio do quadro de pessoal do TJPA.

O TJPA já convocou este ano 104 analistas, 17 oficiais de Justiça e 40 auxiliares judiciários, do total das 200 vagas ofertadas no concurso, que tem validade de

dois anos, prorrogáveis por mais dois anos a critério do Tribunal.

Na acolhida, o desembargador Constantino falou aos empossados como servidor do Judiciário, ressaltando a relevância do trabalho para assegurar ao público as prerrogativas do estado democrático de direito e a segurança jurídica. Ao definir a atuação no Judiciário como “missão humanitária”, ele lembrou a desembargadora aposentada Nazaré Brabo, junto da qual atuou como juiz auxiliar. “Quando se reunia com servidores e juizes, ela recomendava que, ao final do mês, antes de receber no banco o valor do contracheque com os vencimentos, cada um de nós nos perguntássemos: ‘eu mereço este salário?’”

Os novos servidores tiveram uma

semana de ambientação em Belém, com palestras e visitas e na semana seguinte à posse assumiram suas respectivas funções em Belém e nos municípios do interior do Estado para os quais foram lotados.

Foram empossados novos servidores para as comarcas de Belém, Abaetetuba, Barcarena, Tailândia, Altamira, Brasil Novo, Ananindeua, Santa Izabel do Pará,

Mocajuba, Capanema, Santarém Novo, Capitão Poço, Primavera, São Miguel do Guamá, Marapanim, Irituia, Marabá, Tucuruí, Breu Branco, Rondon do Pará, São Geraldo do Araguaia, Novo Repartimento, Breves, Afuá, Melgaço, Aurora do Pará, Ulianópolis, Santarém, Itaituba, Rurópolis, Faro, Bujaru, Vigia, Paragominas, Oeiras do Pará, Santa Ma-

ria do Pará, Mãe do Rio, Itaituba, Juruti, Almeirim, Marituba, Santa Luzia do Pará, Curionópolis, São Sebastião da Boa Vista, Rio Maria, São Félix do Xingu e São Caetano de Odivelas.

No último dia 3 de agosto, o TJPA convocou mais 44 aprovados no concurso público n° 002/2014. O edital assinado pelo presidente do TJPA, desembargador Constantino Augusto Guerreiro, determina que eles se apresentassem até 17 de agosto deste ano, de 8h às 14h, na Divisão de Administração de Pessoal (DAP/TJPA), à Rua Tomázia Perdigão, N° 240, Anexo II, Cidade Velha, para a habilitação.

O não comparecimento do interessado no prazo previsto acarretará a eliminação no concurso e a perda da vaga.



RICARDO LIMA

ESTRUTURA

Obras buscam a qualidade no atendimento ao cidadão

TJPA reforma, amplia, adapta e constroi infraestrutura na capital e no interior

Antecipar-se aos problemas é a estratégia adotada pela Secretaria de Administração do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) para economizar recursos e vencer os desafios diários na capital e no interior e assegurar a estrutura adequada à prestação do serviço jurisdicional ao cidadão.

Nos seis primeiros meses da administração foi feita manutenção, reabi-

litação ou adaptação dos Fóruns nas comarcas de São João do Araguaia, Redenção, São Domingos do Araguaia, Ourilândia do Norte, Marabá, Vigia de Nazaré, Limoeiro do Ajuru, Abaetetuba, Curralinho, Aurora do Pará, Mãe do Rio, Primavera, Almeirim, Paragominas, Cametá, Augusto Corrêa e Santarém.

Na Região Metropolitana de Belém, as mesmas ações foram adotadas nos prédios do Fórum Criminal, Fórum Cí-

vel, Prédio Sede (Lauro Sodré), Fórum de Benevides, Prédio Desembargador Paulo Frota, Escola Superior da Magistratura e Fórum de Ananindeua.

No interior, foram iniciadas a construção do novo Fórum de Rio Maria, na região sul do Pará; a reforma parcial do Fórum de Soure, no Marajó; além das obras nos municípios de Santa Maria e Castanhal, no nordeste do estado. Um prédio foi alugado para abrigar a

Secretaria de Gestão de Pessoas, o que permitirá a expansão dos Fóruns Criminal e Cível.

O TJPA também colocou em funcionamento a Unidade Móvel de Itinerância (UMI) para atender as demandas judiciais das populações do interior do estado. A primeira operação oficial foi feita no bairro do Atalaia, em Salinópolis, nos dias 18 e 19 de julho e 25 e 26 de julho passados, durante o projeto

SUORTE

Manuais ajudam a padronizar rotinas

Documentos integram a estratégia de gerenciamento de riscos



Unidade Móvel - Ações da Justiça Itinerante contam com suporte para as audiências

Documentar rotinas, padronizar procedimentos, reduzir riscos e facilitar o dia a dia do servidor são os objetivos dos Manuais de Procedimentos Administrativos, iniciativa da Secretaria de Controle Interno do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) para dar suporte às unidades administrativas. Os manuais integram a política administrativa do TJPA desde 2009. Há 38 já em uso pelas secretarias. Trata-se de instrumentos que sintetizam instruções e in-

formações sobre políticas e práticas, auxiliando na execução de pequenas rotinas e grandes diretrizes.

Uma mesa-redonda no último dia 20 orientou servidores da área administrativa sobre as técnicas e a importância dos manuais, dando continuidade a um workshop organizado em junho passado, quando 40 servidores foram capacitados a partir do Manual Zero, roteiro que indica pontos imprescindíveis, como objetivo, público alvo, definição de conceitos, competências e

responsabilidades.

Os manuais integram a estratégia para gerenciamento de risco, inserida no macrodesafio da Governança Judiciária e alinhada ao Planejamento Estratégico e ao Plano de Gestão do TJPA para o biênio 2015/2017.

Os servidores que trabalham nos núcleos administrativos são agentes do controle interno nas unidades judiciais e os workshops e oficinas visam conscientizar e sensibilizar para a importância de sistematizar rotinas e padronizar procedimentos.

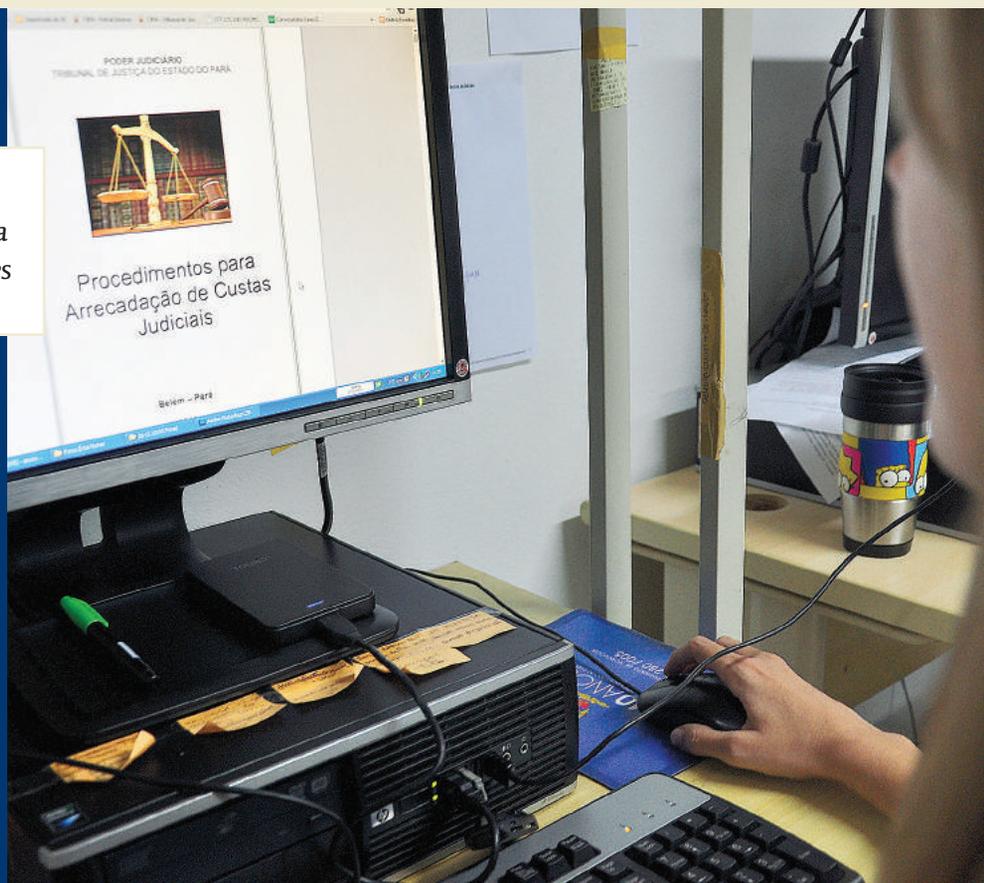
ÉRIKA NUNES

Verão com Justiça, da Coordenadoria dos Juizados Especiais.

Também foram adquiridos mais dois micro-ônibus com recursos do convênio firmado com o Ministério da Justiça, por meio da Secretaria de Reforma do Judiciário (SRJ), para ações da Justiça Itinerante, além de insumos tecnológicos para modernizar o TJPA. O processo licitatório já foi homologado e o TJPA aguarda a entrega dos bens.

Para atingir a meta de reduzir em 20% os gastos com combustíveis, o TJPA subscreveu Ata de Registro de Preços do gerenciamento de abastecimento de frota, com fornecimento de combustível em rede credenciada de postos de serviço, por meio de sistema informatizado e integrado. Um modelo matemático estima a cota específica de combustível para cada veículo, objetivando a economia de custo no percentual estabelecido.

Governança - Manuais disponíveis on line ajudam na rotina e nas grandes diretrizes



TJPA já adquiriu mais micro-ônibus com recursos de convênios com o Ministério da Justiça.

TECNOLOGIA

PJe integrará juizados de 20 municípios

Fibra ótica interligará 21 prédios da Região Metropolitana de Belém

Até o final deste ano, juizados especiais cíveis de 20 municípios estarão interligados no novo sistema de trâmite do Processo Judicial Eletrônico (PJe) no Estado. Até setembro, mais 21 prédios do Tribunal de Justiça do Pará na Região Metropolitana de Belém (RMB) estarão interligados por fibra ótica, segundo informações do Grupo Gestor do PJe, presidido pelo vice-presidente do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), desembargador Ricardo Ferreira Nunes. Composto por membros do Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Pará, o grupo discutiu em maio as próximas ações para implementar o PJe no Pará entre 2015 e 2016.

O PJe está operando desde o ano passado na Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública, na 1ª Vara do Jui-

zado Especial de Icoaraci e na Vara de Juizado Especial de Trânsito, cujo projeto é em caráter piloto. Até abril de 2015, cerca de 800 processos tramitavam exclusivamente no sistema informatizado dessas três varas.

As primeiras turmas que vão operar a tramitação do PJe receberam capacitação em junho e julho. A certificação eletrônica é outra exigência para garantir acesso seguro ao PJe.

Iniciativa estratégica do Plano de Gestão 2015-2017, o PJe é um meio novo de tramitação processual completamente informatizado e deverá ser integrado a outros sistemas de forma a dar celeridade ao andamento de todo o

sistema de Justiça. Além disso, promoverá a redução do uso de papel e, conseqüentemente, economia de gastos.

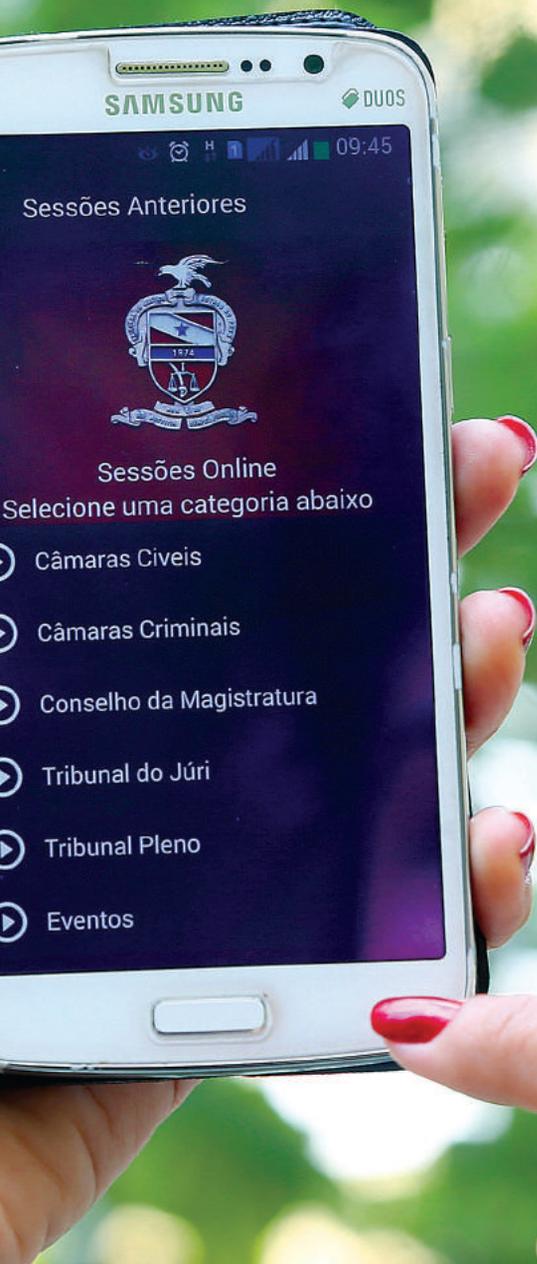
A ação atende determinação da Resolução Nº 185 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que orienta os tribunais brasileiros de médio porte a concluírem a instalação do PJe até o final de 2017. “Estaremos integrados com as últimas orientações do CNJ quanto à utilização de sistemas processuais”, explicou a secretária de Informática do TJPA, Nilce Ramôa.

Até dezembro de 2015, o PJe deverá chegar nos juizados dos municípios de Belém, Marituba, Santa Bárbara, Ananindeua, Mosqueiro, Santa Isabel, Abaetetuba, Castanhal, São Miguel do Guamá, Bragança, Salinópolis, Muaná, Breves, Marabá, Parauapebas, Redenção, Conceição do Araguaia, Altamira, Santarém e Itaituba.

DIVULGAÇÃO

Economia - Rede de fibra ótica dará suporte à expansão do Processo Judicial Eletrônico

Resolução nº 185, do CNJ, orienta os tribunais de médio porte a instalar o PJe até o final de 2017.



On line - Pelo celular já é possível acompanhar as rotinas do Tribunal de Justiça do Pará

racteriza as plataformas digitais. O Judiciário paraense foi pioneiro, em 2005, na transmissão ao vivo das sessões do Tribunal do Júri, com o julgamento do assassinato da missionária Dorothy Stang, quando o portal do TJPA teve aproximadamente 2.132 acessos no Brasil, 243 nos Estados Unidos e 274 acessos nos demais países do mundo.

A consulta processual também já pode ser feita pelo celular, com o uso gratuito do 'TJPA Mobile', disponível nas versões Android e iOS, lançado pela Secretaria de Informática no final do ano passado. Um leitor de código de barras pode ser utilizado dispensando a digitação do código do processo a ser visualizado. O aplicativo também disponibiliza pesquisa por processos favoritos e uma agenda de audiências futuras.

JURISPRUDÊNCIA

Uma nova ferramenta torna mais ágil e eficaz a busca de jurisprudência no Judiciário do Pará, segundo serviço mais procurado no portal do TJPA, com oito mil acessos diários, 160 mil ao mês e 1,920 milhão de buscas ao ano.

Para viabilizar o novo serviço, a Secretaria de Informática adquiriu hardware e software específicos do Google, que permitem a localização de arquivos com o mínimo de palavras.

O sistema amplia o alcance dos índices para tornar a consulta mais rápida e precisa e permite a aplicação de filtros aos acórdãos e decisões monocráticas, inclusive pela relatoria do processo. A rapidez é o diferencial da nova ferramenta, que acelera a consulta a mais de 160 mil acórdãos e mais de 80 mil decisões.

A jurisprudência é uma fonte importante para nortear a atividade fim do Poder Judiciário e a atuação de magistrados, servidores, operadores do Direito e comunidade acadêmica.

“A nova consulta se apresenta de forma clara, fácil e bastante eficiente no Portal Externo”, disse Nilce Ramôa, coordenadora de Informática do TJPA.

RICARDO LIMA

MOBILIDADE

Celulares têm acesso às sessões do Pleno

Aplicativo gratuito permite acesso também a conteúdo gravado

Am aplicativo disponível para download gratuito na versão Android, na Play Store, permite que o público acompanhe as sessões on-line do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) pelo smartphone, tal como já é possível pelo portal de notícias. A versão mobile dá acesso

às sessões ao vivo e às gravadas.

As sessões on-line são o terceiro serviço mais acessado no Portal da Justiça paraense, depois da consulta processual e da busca à jurisprudência.

“O advogado pode acompanhar a sessão que está agendada. Antes,

isso só era possível pelo computador. É uma enorme facilidade aos jurisdicionados e à comunidade jurídica”, explica a secretária de informática, Nilce Ramôa.

A inovação também será disponibilizada na versão iOS, seguindo a tendência de mobilidade que ca-

COMUNICAÇÃO

Web Rádio Jus interioriza alcance da Justiça

Onze municípios já têm acesso à programação da rádio do TJPA

*W*oticiários e programas diários produzidos pela Web Rádio Jus do Tribunal de Justiça do Pará (webradiojus.jus.com.br) já são retransmitidos para emissoras de 11 municípios do interior do Pará, cujas populações somam mais de um milhão de pessoas, e alcançam também a Rádio Nacional da Amazônia, da Rede EBC.

Música, informação e transmissão ao vivo, às quartas-feiras, das sessões do Pleno do TJPA aproximam a Web Rádio Jus do seu público, composto por inte-

grantes do Sistema de Justiça no Estado. A Web Rádio Jus mantém parcerias com as rádios Cultura e Unama, que retransmitem o “Minuto da Justiça”, capitaneado pelo personagem Epaminondas Gustavo, criação do juiz Cláudio Rendeiro, que trata de temas relacionados à Justiça e à cidadania a partir da perspectiva e do linguajar da população ribeirinha. As

Epaminondas - Criação do juiz Cláudio Rendeiro faz sucesso no Minuto da Justiça

rádios e os municípios que têm acesso ao noticiário e aos programas da Web Rádio Jus do TJPA são.

Vale do Xingu FM, em Altamira; Liberal FM, em Castanhal; Jacundá FM, em Jacundá; Clube de Marabá AM, em Marabá; Comunitária Santana FM, em Óbidos; Cidade FM, em Paragominas; Clube AM, em Paragominas; Berokan FM, em Rio Maria; Guarany FM, em Santarém; Tapajós 94 FM, em Santarém; e Consciência Rural de Marajó FM, em São Sebastião da Boa Vista, além da Rádio Nacional da Amazônia.

ÉRIKA NUNES



Agenda cultural do TJPA fomenta a arte e a literatura e estimula talentos.

ARTE

Música e literatura na cultura do Judiciário

Sarau, Chá e WebRádio Jus estimulam talentos artísticos entre os servidores da Justiça



ÉRIKA NUNES

Sarau - Professor Geovane Belo fala sobre a obra de Machado de Assis na Biblioteca Desembargador Antônio Koury

Renzo Mártires - Servidor da 1ª Vara de Execução Penal fez a estreia do Canção da Hora



DIVULGAÇÃO

presentações artísticas de música, dança, teatro, exposição de pinturas e esculturas, declamação de poemas, entre outras manifestações artísticas e culturais integram a agenda cultural do Tribunal de Justiça do Pará, composta por ações como o Sarau de Talentos, iniciativa conjunta da Coordenadoria de Saúde e Desenvolvimento de Avaliação de Pessoal e do Departamento de Documentação e Informação; o Chá Literário sobre obras de autores nacionais e regionais, e o programa da Web Rádio Jus “Canção da Hora”, que apresenta talentos musicais do sistema de justiça. O objetivo é estimular talentos entre servidores e magistrados, fomentar a arte, a leitura, a história, a cultura, a poesia e a música nas comarcas e nas diversas unidades do Judiciário.

O Sarau de Talentos foi lançado em 23 de abril, em Santarém, durante o Encontro de Magistrados.

SARAU

Jorge Amado, Machado de Assis, Walcyr Monteiro e Bella Pinto foram os quatro escritores cujas obras tiveram destaque no Chá Literário no primeiro semestre deste ano, promoção da Biblioteca Desembargador Antônio Koury, cujo objetivo é apresentar ao público escritores brasileiros e paraenses de forma dinâmica e descontraída. Nos casos de Walcyr Monteiro e Bella

Pinto, autores paraenses, os escritores puderam interagir com o público. A participação de Walcyr Monteiro, autor de “Visagens e Assombrações, contou com exposição de fotografias de Isa Rodrigues, cujas imagens foram inspiradas no trabalho do escritor.

Bella Pinto, nascida em Óbidos, participou da edição do Chá Literário na Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio, Manuela de Freitas, em junho passado, onde conversou com os estudantes sobre o seu livro “Uerê”, menino índio cuja história foi escrita a partir das vivências da autora no Baixo Tapajós. O Chá Literário é uma iniciativa aberta aos servidores e ao público em geral com o intuito de aproximar o leitor dos grandes autores nacionais e regionais.

“CANÇÃO DA HORA”

O programa “Canção da Hora” é outra iniciativa para estimular os talentos musicais do sistema de justiça no Pará.

O programa vai ao ar pela Web Rádio Jus, no endereço www.webradiojus.com.br, às sextas-feiras, de 10 ao meio-dia, com reapresentação às segundas e quartas, no mesmo horário. As duas primeiras edições foram sobre o trabalho musical de Renzo Mártires, da 1ª Vara de Execução Penal; e de Júlio Moreira, da 5ª Vara Criminal de Ananindeua, ambos compositores e intérpretes de vigoroso trabalho de música autoral.

Judiciário unifica projetos comunitários

Nova forma de intervenção se iniciou no primeiro semestre em escola de São Brás

Alunos, professores, servidores e pais da Escola de Ensino Fundamental Manuela de Freitas, em São Brás, participaram em junho passado do projeto “O Judiciário Vai à Escola”, novo formato de relação com a comunidade que unifica ações sociais já desenvolvidas pelo TJPA, como os projetos “Minha Escola, Meu Refúgio”, de combate ao abuso sexual contra crianças e adolescentes; o “Chá Literário”, que proporciona acesso a tex-

tos de escritores nacionais e regionais; e o “Museu sobre Rodas”, que apresenta uma síntese da história do Judiciário no Pará. Nove estudantes participaram também de oficina de rádio-jornalismo, com profissionais da Web Rádio Jus do TJPA, fazendo a cobertura do evento, com entrevistas e textos.

A ação acompanhará o cronograma de visitas de integrantes da Vara de Crimes contra Crianças e Adolescentes de Belém às escolas municí-

pais, cujo projeto “Minha Escola, Meu Refúgio” alerta professores e pais a reconhecer sinais de abusos e violência sexual contra crianças e adolescentes e o que fazer para denunciar e assegurar acompanhamento social e psicológico às famílias.

O Museu Sobre Rodas apresenta uma síntese da história do Judiciário no País, na Amazônia e no Pará e fornece conceitos básicos de Justiça, esclarecendo dúvidas sobre temas

como conciliação e até sobre a Lei Maria da Penha.

No “Chá Literário”, a escritora paraense Bella Pinto, de Óbidos, no oeste do Pará, conversou com os alunos sobre o seu livro “Uerê”, inspirado em experiências que ela teve na infância. “Nasci em Óbidos, uma cidade ribeirinha, e de lá trago essa inspiração pra falar sobre índios, sobre a Amazônia, da experiência que tive e daquilo que meus pais me contavam”, disse a escritora.

RICARDO LIMA



Ação acompanhará cronograma de visita às escolas do projeto 'Minha Escola, meu refúgio'

Reciclagem - Filhos de catadores do Aurá participam de atividades lúdicas na biblioteca do Centur

Visitas - Alunos na escola Manuela de Freitas visitam o prédio-sede do TJPA



RICARDO LIMA

LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL

TJPA fará plano para controlar o consumo

Economia e qualidade de visão são os fundamentos dessa iniciativa estratégica do Judiciário



Medir para gerenciar é a premissa que norteia o Plano de Logística Sustentável (PLS) do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), que será implantado a partir do segundo semestre de 2015, com avaliações anuais feitas por uma Comissão Gestora, coordenada pela desembargadora Vera Araújo. A comissão é composta por servidores das áreas estratégicas da administração do TJPA. O PLS foi instituído pela Resolução 201 do Conselho Nacional de Justiça, publicada em 3 de março deste ano.

A partir do PLS, consumo e contra-

tações serão monitorados, para compatibilizar necessidades com recursos disponíveis e melhorar a qualidade do gasto público.

O TJPA instituiu sua agenda ambiental a partir de 2009, com projetos de gestão adequada de resíduos sólidos. Datam desse período campanhas de sensibilização para reduzir consumo de água, luz, materiais de consumo e, principalmente, pela execução bem sucedida do projeto "Reciclar Direito", cujo objetivo é mudar a cultura institucional e educar servidores a executar suas atividades

de forma socialmente justa, ambientalmente correta e economicamente equilibrada. Nesta gestão, o projeto foi expandido para os fóruns Cível e Criminal. A coleta seletiva e solidária envolve 100 famílias de catadores do Lixão do Aurá, reunidas nas cooperativas Filhos do Sol e Concaves, que coletam uma tonelada de papel e outros materiais recicláveis do TJPA. A renda mensal gira em torno de mil reais, segundo informações das cooperativas. A expectativa é de que a expansão do projeto triplique o quantitativo de material coletado.



DIRIGENTES 2015/2017

Juízes Auxiliares da Presidência

Dr^a **Silvia Mara Bentes de Souza Costa**

Dr. **Lúcio Barreto Guerreiro**

Dra **Ana Angélica Abdulmassih Olegário**

Juízes Auxiliares da Vice-presidência

Dr^a **Danielle de Cássia Silveira Buhnrheim**

Dr^a **Ana Lúcia Bentes Lynch**

Diretoria dos Fóruns Cível e Criminal

Dr. **Silvio César dos Santos Maria** – Diretor do Fórum Cível da Capital

Dr. **Raimundo Moisés Alves Flexa** – Diretor do Fórum Criminal da Capital

Coordenadoria dos Juizados Especiais

Desa. **Vania Valente Couto Fortes Bitar Cunha** – Coordenadora

Escola Superior de Magistratura

Desa. **Luzia Nadja Guimarães Nascimento** – Diretoria Geral

Desa. **Vera Araújo de Souza** – Diretoria Geral Adjunta

Secretários

Aníbal Correa Pinheiro – Secretário de Administração

Maria de Nazaré Rendeiro Saleme – Secretária de Planejamento

Débora Moraes Gomes – Secretária de Controle Interno

Nilce Longhi Ramôa – Secretária de Informática

Diogo Oliveira de Brito – Secretário de Gestão de Pessoas

David Jacob Bastos – Secretário Judiciário

Chefia de Gabinete da Presidência

Maria do Socorro de Souza Brasil – Chefe de Gabinete

Departamento de Engenharia, Arquitetura e Manutenção

Fabício Nogueira Rodrigues – Diretor

Departamento de Relações Institucionais

Linomar Bahia – Diretor

Coordenadoria de Cerimonial e Relações Públicas

Nadime Sassim Dahás – Coordenadora

Coordenadoria de Imprensa

João Vital - Coordenador

Coordenadoria Militar

Coronel PM **Romualdo Marinho Soares** – Coordenador

Ten. Coronel PM **Érica Natalie Pereira Miralha Duarte** – Subcoordenadora

Coordenadoria de Recursos Extraordinários e Especiais

César Augusto Dias Lobo Júnior - Coordenador

Assessor Especial da Presidência

Walbert da Silva Monteiro

